

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de dezembro de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ANGELO CORONEL

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, o senhor vai dar continuidade à sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Encerrou o horário regimental às 18h, deputado...

O Sr. Luciano Ribeiro:-Mas não foi aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Você quer prorrogar até a sessão, sem prorrogar, Sr. Deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar:

(Lê) “*Requerimento de urgência nº 9.201/2018, para o PL nº 22.975/2018, Requerimento de urgência nº 9.202/2018, para o PL nº 22.971/2018, Requerimento de urgência nº 9.203/2018, para o PL nº 22.964/2018, Requerimento de Prioridade nº 9.204/2018 para a PEC nº 154/2018, Requerimento de Prioridade nº 9.205/2018, para o PL nº 22.973/2018, PL nº 22.965/2018 e o PL nº 22.934/2018, ambos do Poder Executivo.*

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2018.”

Assinado aqui por mais de 21 Srs. Deputados.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pequeno Expediente, não. Pequeno Expediente, não. Não existe Pequeno Expediente em sessão...

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou Líder Representante do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PP, para falar ou indicar o orador pelo tempo 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- V. Ex.^a fala muito rápido, eu não estou conseguindo...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado V. Ex.^a quer que eu ande devagar também, deputado?

O Sr. Luciano Simões:- V. Ex.^a está querendo correr, presidente, o senhor tem que ler para a gente entender.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Falará por todo o tempo o deputado Targino Machado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. da imprensa, Srs. funcionários, senhores que nos assistem através da TV Assembleia, pude constatar, agora à tarde, com a presença do ilustre Líder José Neto, Líder do Governo, o quanto o incomoda ou o incomodou a palavra estelionato. Eu quero dizer, desta tribuna, que esta palavra é uma velha conhecida na prática do petismo. Caso esteja a incomodar tanto assim, eu poderia trocar a palavra estelionato, mas eu acho até que a palavra estelionato para o caso fica mais simpática do que usar um dos

sinônimos dela, que seria: malandragem criminoso, que seria falsidade, que seria hipocrisia, que seria sacanagem, que seria impostura, que seria fingimento, que seria trapaça, que seria desvio de dinheiro, que seria trambique e, deixei por último uma palavra, um sinônimo da palavra estelionato, que eu sei que os senhores gostam muito de usar aqui nesta tribuna, que é golpe.

Na verdade, o golpe tão apregoado por V. Ex.^{as} foi dado pelo governo do PT para cima do povo. Olhem, esse golpe é antigo. Fora do poder, em oposição ao PSDB, o PT apresentava-se com uma roupagem hegemônica. No poder deu vazão ao mimetismo político de ocasião.

Assistimos ao ministro da Fazenda de Lula, Antônio Palocci, preso, presidiário, conseguir ser mais ortodoxo que o ministro de Fernando Henrique, Pedro Malan. O governo de Fernando Henrique foi combatido pelo PT e partidos aliados, capitaneados por Lula, também presidiário, como neoliberal privatizante, por fazer a entrega do capital nacional ao capital estrangeiro, diziam eles.

E, seguindo essa trilha, acusavam o governo adversário de priorizar os bancos, em detrimento dos interesses do povo do estado brasileiro. Fizeram do discurso anticorrupção uma bandeira de lutas, incitando protestos e greves.

Quem sobreviveu aos dois governos de FHC, teve a oportunidade de assistir ao PT no poder. Pôde observar as mudanças de comportamento de uma oposição aguerrida, como era a do PT, quando chegou ao poder.

Única observação possível, nada mais parecido com o governo de Fernando Henrique Cardoso do que o governo de oposição a Lula quando assumiu o governo. A diferença básica é que corrupção já devia existir lá no governo do PSDB, mas foi banalizada, foi multiplicada por mil vezes pelo menos.

Nunca na história deste país assistimos aos bancos ganharem tanto quanto na era Lula. O liberalismo sem escrúpulo e cerimônia se instalou na República. Momentos antes assistimos à entrega dos nossos recursos através do BNDES para as obras e republiquetas escolhidas através de viés político-ideológico sem nenhuma garantia de retorno, como aliás estamos a ver acontecer. O BNDES, quando fazia um investimento em empresas ou negócios pátrios, o viés era o da corrupção, como no caso da JBS. O discurso anticorrupção de Lula e do PT desaguou em um grande esquema de corrupção, o maior já relatado em todo mundo, que atirou o nome do Brasil no limbo da vergonha. Graças à Operação Lava Jato estamos podendo resgatar o Brasil da mão de uma organização criminoso.

Este comportamento camaleão, escamoteado, fez escola dentro do PT, deixando seguidores do estado da Bahia, tendo como maestro da banda o governador Rui Costa, transformado no maior exemplo de estelionato político da história da Bahia. Estelionatário político é quem obtém vantagens para ele próprio através da utilização de uma fraude. Foi o que o fez o governador Rui Costa, quando escamoteou a real situação em que se encontravam as finanças da Bahia, que propagandeou a saúde financeira, que propagandeou, através da propaganda institucional, gastando mais de R\$ 200 milhões por ano, gastando, deputado Hildécio, talvez a mesma coisa que agora ele quer buscar de antecipação de royalties para

cobrir os rombos que a propaganda institucional paga com o nosso dinheiro, o prejuízo que ela deu. Mas foi através dessa propaganda institucional que Rui Costa conseguiu enganar o povo da Bahia.

Agora, eles estão muito preocupados com a terminologia, com a discussão semântica da palavra. É tanto que o governador Rui Costa ficou irritado após o prefeito ACM Neto tê-lo acusado de ter cometido estelionato político. O que fez o governador Rui Costa, tomei conhecimento, chamou ao Palácio de Ondina..., deputado Luciano, o governador chamou ao Palácio de Ondina o seu assessor, um procurador do estado. E o governador ao procurador perguntou, Soldado Prisco, o que é, procurador, que significa mesmo estelionato político? E o procurador respondeu ao governador Rui, de forma técnica: comete estelionato político todo aquele que se aproveita da ignorância do povo para prejudicá-lo. A reação de Rui foi coçar a cabeça, botar o rabinho entre as pernas e adentrar o Palácio de Ondina, porque essa resposta do procurador do estado se encaixou como luvas nos seus dedos.

Esta é a verdade, nós estamos aqui, o povo sem poder assistir a essa sessão. Inventaram aí uma dificuldade e a gente conhece esta Casa, não há dificuldade nenhuma. Criaram essa dificuldade para que as pessoas, os funcionários públicos, notadamente eles, não estivessem presentes aqui na tribuna para assistir, para protestar, para pressionar. Esta é a Casa do Povo com as portas das Galerias serradas, não é? Eu fico muito triste em ver um governo, um governador que saiu tão forte, tão forte das urnas, nunca vi, não tenho notícias de nenhum que tenha obtido uma vitória tão acachapante. Parabéns pela competência até de fazer estelionato político. Parabéns ao governador Rui Costa. Mas com as dificuldades para fechar as contas o governador Rui Costa traz para esta Assembleia um pacote de medidas que inclui cortes de 1372 cargos comissionados, extinção de órgãos estaduais e a mais polêmica delas: o aumento da alíquota da contribuição previdenciária para servidores de 12% para 14%. Isso sem discutir com o povo, isso sem discutir no ambiente próprio para fazer essas discussões, nas Comissões Temáticas e sem tempo para discutir neste Plenário, para discutir exaustivamente nesta Casa.

Eu estive aqui, deputados, por várias vezes, há dois anos, no início do governo Temer e gritei várias vezes e fui o primeiro a gritar aqui o “Xô Satanás!” me referindo a Temer pela maldade que ele queria fazer com o povo do Brasil, notadamente, com o povo pobre mexendo na sua previdência. Da mesma forma eu tenho que voltar aqui para dizer “Xô Satanás!”, só que o Satanás agora mudou de charola. O Satanás agora é o governador da Bahia que não se apieda nem mesmo daquele que o elegeu,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nem mesmo daquele.

A culpa é da má gestão. Ele encontrou... Não sou defensor. Eu votei em Jaques Wagner. Não votei em Paulo Souto, mas Paulo Souto deixou a previdência zerada para o governo Jaques Wagner. Agora, eles que criticavam tanto os Redas, a precarização da mão de obra, quem mais fez isso foi o governo do PT que contribuiu para isso,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque os funcionários a título precário contribuem para a Previdência Social, para o INSS não contribui para o Fundo dos Servidores, o Fundo da Previdência dos Servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Questão de ordem do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a marcasse os 5 minutos regulamentares para eu poder formular a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido.

Senhor operador por favor marcar os 5 minutos da questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Antes eu queria anunciar que... eu estava anunciando que não tem orador, para esse tempo.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não entendi.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Não tem orador para esse tempo. Eu estava anunciando quando V. Ex.^a pediu.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ah tá. Ok.

Sr. Presidente, nós da Oposição estamos em processo de obstrução aqui nesta Casa, embora sejamos um número diminuto, mas a nossa força decorre da contrariedade da forma açodada que esses projetos vêm sendo trabalhados nesta Casa.

Vejam, V. Ex.^a, que aí foi a minha surpresa, quando V. Ex.^a começou e queria então votar o requerimento do projeto que modifica a estrutura organizacional da administração pública do Executivo.

O governador do estado enviou a esta Casa, no dia 30 de novembro de 2018, através da Mensagem nº 5.157/2018, o Projeto de Lei que tomou o nº 22.972, e nele o governador simplesmente, no art. 6º, dizia que para enxugar a máquina pública, estava extinguindo 1742 cargos da administração e entidades da administração pública do Poder Executivo. Mais ainda: em seu art. 7º, o governador ainda, de forma incompreensível para nós, disse que pretendia extinguir também 1.616 cargos.

De forma atabalhoada, esse projeto chegou a esta Casa, assim como os demais, sem nenhum compromisso com a efetividade daquilo que se propunha. Tanto é, tanto assim se fez que, ontem, dia 3 de dezembro 2018, através da Mensagem nº 42/2018, o Projeto de Lei que levou o nº 22.975/2018, o governador repete os termos daquele projeto com duas exceções, deputado Zé Neto: no seu art. 6º, onde ele pretendia

extinguir 1742 cargos, ele agora pretende extinguir 1834 cargos sem explicar por que essa mudança.

E mais ainda, no seu art. 7º, em que ele pretendia extinguir 1616 cargos, ele modifica, pretendendo extinguir, aliás, o que era extinção passa a ser criação...

O Sr. Angelo Almeida:- Um erro formal, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Ora, como estamos no processo que se diz necessário para o enxugamento da máquina pública, e você extingue 1834 cargos, e no mesmo projeto, você cria 1615 e mais seis cargos lá atrás.

Por isso, Sr. Presidente, que nós, o nosso projeto, o nosso trabalho, nossa ação, a nossa atuação aqui, para obstruir esta pauta era para que os projetos sejam mais trabalhados, conhecidos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e, principalmente, mostrado à população baiana.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha questão de ordem, eu gostaria que V. Ex.^a, já que estamos nesta votação tão importante que deverá se iniciar, que V. Ex.^a faça uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, para que nós possamos continuar esta sessão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Questão de ordem, Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Que V. Ex.^a zere o painel e dê os 15 minutos regulamentares para que nós possamos reconstituir o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido.

Atenção, Srs. Deputados e Deputadas, antes, porém gostaria que o operador zerasse o painel. Há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão. Srs. Deputados, que se encontrarem neste recinto, no Parlamento baiano, por favor, adentrar o Plenário.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, questão de ordem, questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Sr. Presidente eu gostaria de convocar a todos os deputados que estão no cafezinho, que estão nos gabinetes, que estão nos corredores desta Casa, já que existe uma questão de ordem em que a Oposição pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Srs. Deputados, por gentileza, compareçam aqui ao Plenário desta Casa para que possamos dar continuidade a esta sessão.

Portanto, Srs. Deputados, que se encontram no cafezinho, que se encontram nos corredores e nos gabinetes, comparecerem ao Plenário já que existe uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Temos 22 Srs. Deputados então tem quórum para a continuidade da presente sessão.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Não há orador, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falará o deputado José de Arimateia pelo tempo de 5 minutos e, após, falará o deputado Alan Sanches pelo tempo restante de 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder José de Arimateia, popularmente conhecido como Teinha no Rio Grande do Norte, pelo tempo de 5 minutos. E de chaparia nova, sem barba.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Graças a Deus!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, neste momento de obstrução, para registrar e repudiar um fato que foi notícia, desde ontem, nas redes sociais, em São Paulo, a morte de um cachorro em uma loja do *Carrefour*.

Imagine, Sr. Presidente, um cidadão vai ao *Carrefour* com o seu animal, o animal não consegue entrar no Carrefour, ele faz as suas compras, depois esquece de levar o animal, o animal ficou abandonado, e o que foi que o agente, o segurança do *Carrefour* fez? Segundo as informações aqui, inclusive está aqui no *Exame.abril*, no *Brasil Econômico* e no *Globo.com*, dizendo que o cachorro foi espancado e envenenado por segurança da loja.

Vocês vejam, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, a que ponto chega a violência e a falta de respeito aos animais. Você veja como é que pode uma instituição tão conhecida, de nome nacional e internacional como o *Carrefour*, ter no seu quadro de funcionários pessoas dessa forma, que agridem os animais. Imagine, que culpa tem esse animal?

Então, Sr. Presidente, eu estou fazendo aqui esta forma de me expressar contra essa atitude de violência, que fosse contra qualquer pessoa ou até mesmo qualquer cidadão, mas contra os animais? Os animais são indefesos, os animais precisam ser respeitados. A gente tem que entender que as pessoas que não gostam de animais têm que respeitar os que gostam e também têm que respeitar o animal. Que isso não aconteça, que não sirva de exemplo para outros estados e também para outros supermercados que existem por esse Brasil afora, inclusive aqui na nossa Bahia também.

Então quero aqui deixar o meu registro, o meu repúdio contra essa atitude que aconteceu contra um animal lá na loja do *Carrefour* no estado de São Paulo. Era isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

E quero aqui me solidarizar com os deputados da Oposição que estão obstruindo esse pacote que chegou aqui para a Assembleia Legislativa, em que o arrocho fiscal, realmente, vai ser grave, preocupante para o povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre líder, médico, Dr. Alan Sanches, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, nem comecei a falar, Sr. Presidente, o meu tempo já começou. Já está com 7 e 30. Eu nem cheguei aqui. Se puder voltar os meus 8 minutos, eu agradeço.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a foi atendido prontamente, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, graças a Deus.

Sr. Presidente, deputadas e deputados, subo novamente nesta tribuna, aqui, para chamar a atenção desta Casa. Parece que ficou um bolo doido aqui com tanto projeto, com tanta gente com diferenças aqui e interesses diferentes, para participar do dia de votação. É um negócio que a gente não entende.

Até aqui, eu tenho certeza que para todos esses deputados aqui – são cabeças pensantes, brilhantes deputados e deputadas – estão com dificuldades para entender o que é que está acontecendo, de que projeto está se falando. Porque a intenção do governo foi essa: confundir a cabeça de todo mundo desta Casa, do presidente, do Líder da Oposição, do Governo, de todos os deputados e deputadas. Porque da forma como ele fez, é a única coisa que eu posso pensar.

Eu fui abordado, logo no início da sessão, por servidores da Conder, perdidos, preocupados, sem saber, exatamente, o que é que vai acontecer com a Conder. Porque ele lançou através de um “zap”, uma mensagem de “zap”, deputado Angelo Coronel, usou as redes sociais, todos ficaram cientes, conhecendo através disso. E criou uma polvorosa, quando ele deveria encaminhar o projeto, permitir que esta Casa – que é a Casa do debate, que é uma caixa de ressonância para a sociedade da Bahia – permitisse que a gente pudesse avaliar e discutir coisas tão importantes, tão impactantes para a sociedade baiana, que caberia, sim. São diversos projetos, gente! A gente precisava fazer uma audiência pública em alguns deles, dar conhecimento à sociedade, permitir que as pessoas tivessem conhecimento dos projetos.

Eu falei da Conder. Fui chamado agora por outra categoria: os professores, gestores. Estou apresentando, Sr. Presidente, uma emenda, justamente nesse projeto da reforma administrativa – tenho até que falar, porque são tantos projetos, se não me falha a memória, são sete a oito projetos aqui que deverão estar sendo, inicialmente, apreciados –, que ele fala o seguinte... Eu queria aqui, deputada Angela, a senhora

como uma mulher sensível que é, que já a conheço há muito tempo, que a senhora e o deputado Hildécio prestassem só a atenção numa coisa: ele pega aqui a reforma administrativa e coloca o seguinte texto: (Lê) *“O Diretor e Vice-Diretor exercerão o cargo em dedicação exclusiva e o Secretário Escolar em regime de tempo integral.”*

Se o vice-diretor será uma atividade exclusiva... O vice-diretor – V. Ex.^{as} que não têm conhecimento, porque não puderam também apreciar o projeto, pela rapidez com que chegou nesta Casa – tem 20 horas. Se ele só tem 20 horas, como é que ele vai ter dedicação exclusiva? Ele não vai nem poder lecionar. Ele não vai poder fazer isso, porque ele vai ter que sobreviver com 20 horas.

E não é possível. Inclusive quando... V. Ex.^{as} sabem que existe uma eleição para isso, e o mandato deles é até 2019. As pessoas fizeram a programação, inclusive orçamentária, financeira da sua vida familiar contando com esse recurso. Como é que agora vem uma foice extremamente afiada do Sr. Governador e, “sulapo!”, tira isso de todo mundo?

Eu queria entender por que o vice-diretor tem que ter exclusividade na escola, se ele apenas tem que estar lá 20 horas?! Vão aumentar para 40 horas? Vai aumentar esse subsídio do vice-diretor?

Então algumas coisas que acontecem nesta Casa, que vêm de uma forma tão açodada que acontece isso. Isso é uma injustiça que vai se cometer com os vice-diretores. Isso não pode! Esta Casa tem que corrigir isso.

Estarei apresentando essa emenda, uma emenda supressiva, para tirar isso do texto, porque isso não tem cabimento.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Alan, um aparte, por favor.

O Sr. ALAN SANCHES:- Darei, sim, deputado Hildécio.

Porque não tem cabimento. Qual é o impacto que isso tem? O que é que vai modificar na estrutura de uma escola, de um governo, botar de uma forma exclusiva: “não pode trabalhar em lugar nenhum.” Não se pode tratar o vice-diretor dessa forma.

Com o aparte, o deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Alan, quero parabenizar V. Ex.^a, porque conseguiu em uma pequena frase sintetizar o sentimento, pelo menos nosso, deputados aqui da Oposição: estamos todos atordoados. Confesso – ainda há pouco conversava aqui com um colega – que eu estava meio tonto, sem entender direito o que está acontecendo nesta Casa: se votar – me parece – três pedidos de urgência, dois pedidos de prioridade, a Mesa atropelar a pauta, porque não oficializou, não divulgou, não publicou um ato da própria Mesa, e ficamos de fato sem entender. Isso aqui deixou de ser atropelo para ser tsunami, são efeitos de um maremoto, nós estamos triturados. Esta Casa está perdendo o sentido de existir, porque não há debate, não há discussão. Portanto V. Ex.^a sintetizou muito bem o sentimento, pelo menos nosso, deputados da Oposição. E tenho certeza que também deputados da Situação têm o mesmo sentimento, embora, infelizmente, pelas circunstâncias, não possam nem expressar de fato o que estão sentindo. Parabéns a V. Ex.^a pelo seu pronunciamento.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Hildécio.

Até eu, que fiquei a tarde toda aqui olhando todos esses projetos, estava meio perdido em tanto papel.

Para que V. Ex.^{as} tenham ciência, imaginem: há um projeto também, que foi apresentado aqui, para que a gente possa apreciar, que fala sobre o aumento de taxa do Detran. Pronto. Eu falei: “Poxa, já vi projeto de tudo, tal, não sei o quê!”. Cadê o projeto que altera a alíquota de 12 para 14, que o deputado Luciano Ribeiro inclusive falou que 12 para 14 vai significar 16%? Aí fui procurar. Não sei se V. Ex.^{as} também tiveram essa curiosidade. Sabem onde é que está esse projeto? No final – que V. Ex.^{as} vão observar – do projeto aqui que o governador encaminha, trazendo esse aumento de taxas... e eu quero saber quem desta Casa, desafio, quem desta Casa já conseguiu ler essas taxas, para saber exatamente o que é que vai acontecer nesse aumento de fiscalização do sistema de transporte rodoviário intermunicipal, de passagem que vai para 161. Ou seja: diversas modificações das taxas. Aí, fui olhar para ter conhecimento dessas taxas – que eu desafio, que tenho certeza que nenhum deputado ou deputada tem conhecimento disso –, aí continuei folheando, folheando, página 6, página 7, página 8... Quando chegou na última tabela, na última tabela...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

(...) aí vem aqui o artigo 4º – olha lá, em um projeto de taxa de Detran – : “*O art. 67 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação...*” – isso aqui não tinha nada a ver com taxa de Detran. Aí vem isso que estou lendo aqui – a seguinte redação: “*(...) Art. 67 A alíquota de contribuição mensal dos segurados para o RPPS será de 14% (quatorze por cento)*”. Simples assim. Vai mudar a vida de todos, todos os servidores do estado. E simples assim, com uma pancada, escondido, escondido, tentando usar esse subterfúgio, bota aqui no final da oitava folha das taxas do Detran, dizendo que esse artigo será alterado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Não existe orador, presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia. Para encaminhar a votação do Requerimento nº 9.201/2018, o deputado Luciano.

Requerimento nº 9.201/2018

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.975/2018, de autoria do Poder Executivo, que “modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2018.

Deputado Zé Neto

Líder da Maioria”

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente. Repete, por favor, Sr. Presidente. V. Ex.^a colocou em votação? Não, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não. V. Ex.^a não vai encaminhar?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Vou, sim. Vou, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Targino, quer questão de ordem também? Vai querer a questão de ordem?

O Sr. Targino Machado:- Não. Por enquanto, não. Vou encaminhar primeiro.

O Sr. Alan Sanches (fora dos microfones):- Eu quero também encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Os líderes partidários poderão requerer para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, veja que o requerimento que V. Ex.^a coloca em votação da urgência, ele trata da estrutura organizacional da administração pública do estado da Bahia.

Nós podemos observar que o governador, repito, ele vai para a imprensa dizer que está extinguindo, para enxugar a máquina, dois mil cargos. Manda o projeto para esta Casa nesse sentido, com a extinção de diversos cargos. Divulga, vai para o Diário Oficial, a população toma conhecimento. E aí ele retoma o projeto e, na calada da noite, na véspera da votação da urgência, modifica o projeto. E em vez de extinguir dois mil cargos, ele extingue 1834 e recria 1621. A diferença desses cai para 213 cargos, sendo que desses cargos que vão ser extintos ele escolheu exatamente aqueles que têm a remuneração menor do que o salário mínimo. É a maioria deles, dos 213. Mais ainda: do que ele vai criar, a maioria são cargos no maior patamar dentro do que está no projeto. Ou seja, se nós pegarmos e fizermos uma conta justa, não houve economia. Ao contrário, poderá onerar o Tesouro estadual, numa manobra que eu quero entender o porquê. Se ela fosse apenas de ajustamento da máquina pública, até concordo, mas ela diz que vem para enxugar a máquina pública. Como assim, se se extinguem determinados cargos com valores menores e os recriam com valores maiores? Não dá para entender!

O governador, dentro disso, também ele traz... E aí talvez seja por isso que queira que seja açodado. Não cansado de maltratar, de acochar os servidores públicos sem reajuste salarial por 4 anos – é inacreditável, 4 anos sem reajuste salarial, 4 anos sem reajuste salarial para os servidores públicos –, o Planserv, que é uma das grandes vantagens do servidor público do estado da Bahia, já sofreu o revés lá atrás: o

governo já deixou de investir, que era 5%, passou pra 4; já aumentou as alíquotas, as contribuições dos beneficiários do Planserv; excluiu mais uma enormidade de pessoas do Planserv, dependentes da pessoa, no sentido de enxugar.

Agora o governador retira a repartição: da sua participação no Planserv, ele retira nada mais nada menos do que 50% dela. Nós estamos falando da metade: 50% do que o estado investia no Planserv, ele está retirando 50%. Mais um custo para o servidor. Sem falar daquele outro custo, que é a alíquota da Previdência Social. Nós que estamos aqui, nós que sempre ouvimos aqui os deputados serem contra a reforma da Previdência, aqui vão ter que votar a reforma da Previdência, com raríssimas exceções, mas terão.

Isso é que não dá! E é por isso que a Oposição está em processo de obstrução, para ver se o governador, assim como modificou esse projeto de lei de sexta para hoje, possa modificar pelo menos a tramitação desses projetos, para que venham a esta Casa os seus técnicos, para que façamos audiências públicas, para que demonstre se não há outro meio de ajustar as contas do estado, que até outubro eram perfeitas, os cofres cheios, obras para todo lugar (...)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (..) e hoje, passadas as eleições, o estado está em um estado falimentar, um estado quebrado e que requer urgência. É isso que se pede: urgência! Salvem o estado da Bahia, Srs. servidores públicos! Sem falar nas taxas, milhares de taxas que está recriando, que está criando e aumentando o seu valor.

Por isso nós não podemos fazer outra coisa, se não for a atitude de tentar obstruir, para sensibilizar o governador do estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, é tanto projeto aqui que a gente acaba se passando em um e em outro. Eu, ainda esta noite, vou abordar o projeto que mexe no Planserv – em um projeto só, ele mexe em meio mundo de coisa – e que vai impactar, mais uma vez, na vida do cidadão baiano.

As pessoas aqui, inclusive os deputados do governo, sempre se gabaram muito, dizendo, deputado Rosemberg, que era um plano maravilhoso. Eu, como médico, inclusive da assistência, ortopedista, sei muito bem disso. É um plano, realmente, que tem sido muito efetivo para o cidadão baiano, e tenho muitas preocupações.

Mas quero me debruçar um pouquinho mais ainda esta noite sobre esse projeto, porque, mais uma vez, eu desafio V. Ex.^{as}, deputados e deputadas, inclusive o presidente da Casa, o senador eleito Angelo Coronel, mas ainda não diplomado, então é deputado, deputado estadual: qual o impacto real que essa redução no Planserv, no repasse para o Planserv, vai ter no plano de saúde? O que é que vai acontecer? Não é

possível que tivesse tanto dinheiro sobrando no Planserv para que se pudesse cortar, se fazer um corte tão absurdo desse, de 50%. Então, qual o impacto real que vai ter para o usuário do plano de saúde dos servidores estaduais? Isso não se sabe. Precisaria que a superintendente lá do Planserv viesse a esta Casa para esclarecer. O que é que vai acontecer? Não vai acontecer nada? Ah, então tinha muito dinheiro sobrando no Planserv para ter um corte tão grande dessa forma. Mas esta Casa não pode se calar, não podemos deixar de questionar ao governo do Estado o que é que vai acontecer com o plano de saúde.

Eu peço aqui, deputada Angela, – por quem eu tenho um carinho imenso –, deputado Rosemberg, – que será o futuro Líder do Governo – e o deputado Zé Neto... Eu, conforme disse aqui, apresentei uma emenda supressiva a esse projeto, que é justamente do art. 12, que fica suprimido o art. 12 do projeto em evidência, que é esse que dá exclusividade de trabalho a vice-diretor, a diretor e tempo integral para os assessores, que me parece que é o secretário escolar.

Então estou apresentando aqui e peço que V. Ex.^{as}. possam acatar, que isso nada mais é... Mais uma vez vou plagiar V. Ex.^a, deputado Rosemberg, aqui, dizendo o seguinte: independentemente de partido, independentemente de coloração partidária, temos que fazer justiça nesta Casa. E isso não é justo para o vice-diretor, para o diretor, para o secretário escolar. Então, conto com V. Ex.^{as} nisso, para que possamos, nesses projetos apresentados de uma forma tão açodada, que a gente possa, pelo menos, melhorar nesta Casa.

Sabemos que somos minoria, mas essa minoria hoje não é de obstrução. Deputado Luciano Ribeiro, como falou muito bem, hoje essa obstrução é uma oportunidade, no mínimo, para que possamos aqui conhecer esses projetos: sete, oito projetos, nove, porque no mesmo projeto, ele bota mais de um projeto, quando ele mexe com o artigo, quando ele mexe com taxa, quando ele mexe com escola, quando ele mexe com médico, quando ele mexe com servidor, quando ele mexe com a vida de todo mundo. São diversos projetos diferentes, que, realmente, fica parecendo a casa de sei lá o quê, gente...

Mas eu queria trazer ainda para V. Ex.^{as}, que a gente vai ter que discutir. O deputado Alex Lima deve estar aqui fora, mas está acompanhando pela televisão... Que pudesse me explicar essas taxas aqui do Detran. O que é isso aqui, que eu ainda não consegui perceber? O que é isso aqui? É um projeto. Só esse projeto de taxa são oito laudas. Eu ainda não consegui entender por que está acontecendo isso, por que está majorando preço de tudo isso.

Então o deputado Alex Lima...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) poderá, com a sua inteligência que lhe é peculiar, sentar comigo ali, tentar me esclarecer essas taxas.

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas é um estudioso, é um estudioso. O deputado Alex Lima é um estudioso. Então, eu queria conclamar V. Ex.^{as}, para que pudéssemos discutir,

realmente, esses projetos, da melhor forma possível, para que a gente tivesse consciência, verdadeiramente consciência, para votar o que é melhor para a população...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do estado da Bahia. Porque V. Ex.^{as}, exatamente como eu, foram eleitos para fazer o melhor, dar dignidade à nossa população baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação, o requerimento 9.201/2018.

O Sr. Alan Sanches:- Voto “não”.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Alan Sanches:- Voto “não”.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem.

O Sr. Targino Machado:- (...) verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado:- Que possa, V. Ex.^a, zerar... estão boicotando aqui o sistema de som, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, deputado. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- Não? Que V. Ex.^a possa já abrir os 5 minutos. Confesso a V. Ex.^a que eu não estou com muita pressa. Gostaria de encarecer a V. Ex.^a a verificação de quórum de votação nesta proposição, na votação desse requerimento, solicitando a V. Ex.^a que mande zerar o painel, abrir o tempo regimental de 25 minutos. Antes, porém, Excelência, eu quero, aproveitando a presença de V. Ex.^a, fazer, também no curso dessa questão de ordem, um requerimento verbal.

Que V. Ex.^a possa informar a todos nós, notadamente os deputados da Oposição, por que estão fechadas as galerias. O que foi que houve? Foi o Departamento de Engenharia que deu algum parecer ou o fechamento é político, para cercear o direito de acesso dos Srs. funcionários públicos que não estão satisfeitos? Será que isso é golpe da presidência, da Mesa Diretora? Será que foi o 1º Secretário? Duvido. V. Ex.^a aponta para o 1º Secretário. Eu gostaria muito que o 1º Secretário desta Casa, deputado Sandro Régis, e os outros que já passaram nos últimos tempos, que não tivessem sido retiradas deles as suas competências regimentais. Porque eu conheci esta Casa no tempo em que o 1º Secretário, na verdade, era quem administrava a Casa e mandava mais que o presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Era o prefeito. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- Eu me lembro, Excelência, que Luís Eduardo Magalhães era o presidente desta Casa e o seu secretário era Murilo Cavalcanti, amigo de V. Ex.^a e meu também, lá das Alagoinhas. Ele era o 1º Secretário e mandava nesta Casa. Hoje vejo, aqui, que o deputado Sandro Régis, infelizmente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas ele vai responder, deputado. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- (...) com essa disposição de trabalho que ele tem, com essa vontade de trabalhar, de atuar, de ajudar a administração da Casa, V. Ex.^a deu um golpe. A palavra agora é essa: deu um golpe. Prometeu ao deputado (risos) Sandro Régis que teria um assento, verdadeiramente um assento na Mesa Diretora da Casa, e entregou a ele uma bolha, uma bolha de ar, sem nenhuma função.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado vai responder. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- Eu já perguntei a ele, aqui, Excelência, e ele me disse que a Casa infelizmente é presidencialista, que só V. Ex.^a poderia nos informar o motivo de esta Casa estar se distanciando do povo. Estão os funcionários aí fora e a população aí fora. Estão aqueles que deveriam estar, de fato, no poder de representação, a representá-los e eles não podem assistir.

Eu gostaria de saber de V. Ex.^a se V. Ex.^a tem aí um relatório da lavra do Departamento de Engenharia da Casa proibindo, vetando o acesso de pessoas; se há risco de queda dessa estrutura; se os jornalistas ali estão sob perigo. Porque nós precisamos estar atentos às normas de segurança, Excelência.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O.k., deputado. O problema das Galerias é que, em virtude do incêndio, estamos em plenas obras para ver se concluímos até o final deste mês. Então por questões de segurança...

O Sr. Targino Machado:- Mas não foi no terceiro andar?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas como está trocando o telhado, pode cair algo na cabeça de alguém e causar algum problema, um acidente. É por isso, deputado. Apesar de que o deputado Sandro Régis, que é o secretário e está tocando as obras, poderia até ter uma resposta mais condizente.

O Sr. Targino Machado:- E nós aqui não estamos submetidos a riscos?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, não, aqui está tranquilo. Está tudo resolvido aqui.

O Sr. Targino Machado:- Tem certeza, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Estrutura reforçada. O deputado Sandro Régis, secretário, soube realmente conduzir as obras com grande maestria. (Risos)

Questão de ordem do deputado Rosemberg do pedido de verificação de quórum do deputado Targino.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado Targino obviamente já fez o ritual completo de pedir o tempo regimental de 25 minutos. Por isso, eu queria só aproveitar e antecipar aqui o chamamento dos deputados e deputadas para se fazerem

presentes, para que, nesse período de 25 minutos, atendam à solicitação do deputado Targino para votar. No fundo, no fundo, ele quer já que chame todos os deputados para que a gente possa votar aqui numa forma que consolide o Regimento Interno.

(Pausa.)

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar, aqui, o apelo do deputado Rosemberg e avisar, inclusive, aos companheiros que se encontram fora deste recinto que há uma verificação de quórum de votação, não é de continuidade da sessão. Então, nós precisamos de 32 Srs. Deputados aqui para que possamos votar o projeto. Até o momento, nós só temos 17.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Portanto, todos os deputados que se encontram no cafezinho, nos corredores, nos gabinetes, solicitamos a presença urgentemente de V. Ex.^{as} aqui, no nosso plenário. Até o momento, nós temos 20, faltam 12 deputados.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, queria aproveitar o ensejo e explicar aqui uma situação relacionada a Feira de Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, inclusive, eu estou me sentindo até... eu não sei se estou com problema de visão. V. Ex.^a mudou já de lado deputado? É por que se elegeu deputado federal?

O Sr. Zé Neto Lula:- Esta cadeira em que eu sentei aqui é confortável, mas eu não gostei muito daqui, não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É, eu estou notando que V. Ex.^a não quer perder o seu gene de oposição, deputado?

O Sr. Zé Neto Lula:- Não, ele já está sentado na cadeira de Líder e ele está tão confortavelmente...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ou o deputado Rosemberg já o exonerou antecipadamente das funções? Estou notando isso.

O Sr. Zé Neto Lula:- Não, ele está tão confortável ali, eu estou gostando tanto de ver ele ali sentadinho, encaixadinho. Eu disse a ele: “E por aí, viu filho? Agora, prepare-se para nas segundas, terças e quartas-feiras atender ao povo aqui até 20 horas, 22 horas.” Aí, ele: “Vixe!” Eu: “É isso mesmo!” Aí, ele disse: “O estágio está bom.” Ontem mesmo eu saí daqui quando era quase 21 horas, atendendo gente.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar e, aqui, saudar publicamente o meu querido Rosemberg. A nossa bancada tem um Líder à altura da tarefa que virá. Eu fico muito feliz. Antes de tudo, é um amigo, um irmão, nós temos uma relação muito bacana. Fizemos dobradinha em alguns lugares, foi bom. É meu amigo, ele sabe disso, da vida toda para as tarefas da vida.

Parabéns a Rosemberg e parabéns também ao governador, que conseguiu, não só com relação à liderança, mas com relação à Casa, fazer uma ótima coesão. E essa coesão, com certeza, dá estabilidade para a Casa. E isso é um fato histórico muitíssimo importante. Parabéns, Governador Rui, você só nos orgulha. Sua coragem, sua determinação e, acima de tudo, sua relação com a bancada faz com que tenhamos cada dia mais confiança nessa trajetória que a nossa bancada, o nosso grupo está seguindo na Bahia.

Sr. Presidente, eu queria, aqui, salientar que, com relação a Feira de Santana, havia um problema com o CIS, porque esse projeto extingue o CIS, mas não encerra suas atividades. É uma extinção... o governador me explicou hoje, acabei de conversar com Carlos Melo, que haverá a criação de uma diretoria para Feira de Santana, e nessa diretoria haverá uma diminuição do número de cargos de confiança, do número de funcionários. O CIS vai ficar mais enxuto, atendendo às necessidades de reformulação e enxugamento da folha do estado, mas estamos discutindo o formato desse enxugamento.

Também nesses dias o prefeito Colbert Martins – inclusive, gostei de ouvi-lo fazer essa colocação – disse publicamente que, se o governo não quiser o CIS, tem interesse em ficar com o CIS.

Então, acho que se ele tem interesse em trabalhar na política industrial, acho que dá para fazer um arranjo conversando com o município, conversando com os empresários e fazendo uma montagem que, tenho certeza, será melhor do que a que atualmente existe, que tem um trabalho eficiente, tem o nosso querido Da Paz lá, que é o diretor-geral do CIS, um ótimo diretor e faz um trabalho excepcional.

Mas é evidente que se o município topa ajudar nessa construção de uma política industrial mais densa e com a participação do município, vai ser bom, até porque, para vocês terem uma noção do que estou dizendo, o município nunca calçou uma rua do CIS, porque dizia que o CIS tinha que ser cuidado pelo estado; não pegava o lixo do CIS, porque dizia que quem tinha que pegar o lixo era o estado.

Ou, então, os próprios empresários que, aliás, pagam lá o IPTU mais caro da cidade. Individualmente, o mais caro é o IPTU da indústria.

Então, achamos que, neste momento, a dificuldade que existia, o temor da cidade de que houvesse a extinção do CIS está afastado do ponto de vista funcional, porque se extingue a autarquia, mas, evidentemente, o trabalho vai seguir numa superintendência.

Queria aproveitar e agradecer ao governador, agradecer a Carlos Melo, agradecer à Casa Civil, que teve a compreensão de sentar para dialogar sobre esse assunto. Amanhã estarei recebendo alguns empresários para tratarmos desse tema. E tenho certeza de que vamos avançar em relação ao CIS. Se ele vai, de um lado, ser extinto como autarquia, do outro lado vai-se criar um mecanismo, inclusive com a possibilidade de participação do município, o que seria muito bom.

Queria aproveitar e convocar, aqui, os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa. Deputado presidente, acione aí a sirene, porque a sirene tem uma força boa. Sr. Presidente, tem uma sirene aí.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

O Sr. Zé Neto Lula:- Isso, a turma quando ouve a sirene lá de longe...

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa compareçam a este plenário. O presidente Coronel está acionando a sirene e quando ele aciona essa sirene é o mesmo que a Buzina do Chacrinha, todo mundo tem que vir assistir.

(O Sr. Presidente continua a acionar as campainhas.)

O Sr. Zé Neto Lula:- Srs. Deputados e Deputadas no Plenário, precisamos de mais dois... Dois? Estão chegando deputados ali, agora, e...

Quórum restabelecido, Sr. Presidente, vamos seguir com os trabalhos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Trinta e dois Srs. Deputados, então, há quórum de votação.

Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, votação nominal.

Esse é o projeto que visa extinguir o Centro Industrial do Subaé, da nossa querida Feira de Santana, mas que também tem alcance nos municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, minha terra, e Conceição do Jacuípe. Eu gostaria, e tenho muito interesse em saber quais deputados querem e vão votar a favor da urgência na apreciação de um projeto de tamanha importância, Sr. Presidente. Por isso, eu solicito de V. Ex.^a a votação nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, deputado.

Srs. Deputados, votação nominal. Os senhores podem utilizar os seus terminais para registrar o voto contra ou a favor do Requerimento de Urgência desse projeto.

O Sr. Targino Machado:- V. Ex.^a, caso queira...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Evidentemente, deputado, não tenha dúvida.

O Sr. Targino Machado:- Caso queira, V. Ex.^a pode fazer isso chamando cada um dos Srs. Deputados e perguntando como vota.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, o painel está aberto para votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar o voto, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- De novo, deputado?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Hein!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a vai encaminhar novamente?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não. Agora é a votação, encaminhar a votação, por 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não. O que é isso?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu quero que V. Ex.^a me conceda, como Líder, 5 minutos para eu encaminhar a votação, para orientar a minha bancada. Orientar a bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O painel está aberto, enquanto V. Ex.^a...

O Sr. Luciano Ribeiro:-Não, não é o painel aberto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está aberto para quem quiser votar...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Mas só vota se eu falar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas se, por acaso, eu quiser votar antes de V. Ex.^a encaminhar, V. Ex.^a vai me proibir, deputado? Pode votar quem quiser enquanto V. Ex.^a conduz o voto para quem V. Ex.^a desejar. Eu vou deixar para votar no final de sua fala porque V. Ex.^a pode me convencer com o encaminhamento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex.^a já está convencido disso, mas sei que se encontra impossibilitado de fazê-lo. Mas eu tenho certeza do convencimento da maioria dos deputados aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Como o deputado Zé Neto deve estar constrangido também.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Constrangido de se votar a urgência num projeto tão importante...

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, eu já tomei vacina. Acho que alguém não ouviu, mas eu acabei de tomar a vacina desse assunto aí. Já foi criado...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Zere o painel, operador, por favor.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Gostaria de que V. Ex.^a garantisse a minha palavra, porque o deputado Zé Neto não quer permitir que eu fale, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado, prossiga que V. Ex.^a terá seu tempo mantido na íntegra.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Quero orientar a bancada para que vote “não”, pela não urgência desse projeto, para que nós possamos discutir, dissecar e poder ter uma condição melhor de orientação sobre o presente projeto.

Por isso, a orientação é para que nós, da Bancada da Oposição, votemos não a esse projeto, Excelência, ao requerimento de urgência. O.K.!

Mas é no sentido de votar “não”. Observe que nesse projeto é tratada, Excelência, ainda que de forma estranha, dentro de um projeto desse, tratar da contribuição do aporte do estado ao Planserv. Imaginem o que está dentro desse projeto, que trata da organização do estado, de extinção de cargo, de extinção de órgão! A Sudic, que é para levar desenvolvimento ao interior, o governador está acabando.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Esse governador, na verdade, nunca gostou do interior. Ele só gosta do bairro dele, a Liberdade. E está extinguindo órgão sem dar uma explicação, sem dar uma razão para que o voto seja “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a está deixando o deputado Zé Neto constrangido, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não estou deixando constrangido, não. Eu só gostaria de que o deputado Zé Neto respeitasse o tempo que temos para poder falar e encaminhar o voto. Se o incomoda, ele vai ter o tempo dele para falar.

Mas eu não posso deixar de dizer que a Sudic era o órgão próprio para levar o desenvolvimento, sempre foi. Se o deixaram mal gerido, era preciso explicar por que acabar com a Sudic, e quem irá suprir a ausência da Sudic.

Por outro lado, eu queria uma explicação, e durante a votação do projeto nós vamos querer saber, sobre a mudança no entendimento do governador, de um dia para o outro, de que deveria recriar 1621 cargos. É isso que nós precisamos entender. E não dá para se votar dessa forma. Por isso, o encaminhamento é pelo “não”.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

Tenho certeza de que ele vai dar explicação ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Zé Neto Lula:- Solicito à Bancada que vote “sim”.

Antes, eu queria dizer ao meu amigo, deputado Luciano Ribeiro, que longe, muito longe, espetacularmente longe está aquela época em que o Planserv passava mais de 90 dias para pagar seus afazeres, que havia fila na porta do Planserv para se descredenciar, e o Planserv tinha 320 mil e poucas vidas. Hoje, tem mais de 520 mil vidas. É o maior plano público do país, é um plano que vem evoluindo, é um plano que vem crescendo.

Então, V. Ex.^a pode ter a certeza de que quando melhoramos a gestão se tem dificuldade no entendimento de uma coisa ou outra. Mas todas as vezes em que o Planserv foi alterado aqui, em nossa Assembleia Legislativa, foi melhorada a parte da gestão dele, ele evoluiu. E o tempo tem dito isso.

Eu queria dizer a V. Ex.^{as} da Bancada do Governo que estão aqui que vamos votar “sim”, até porque a Oposição passou 4 anos dizendo que tinha que enxugar isso, tinha que enxugar aquilo, que tinha que fazer isso, que tinha que fazer aquilo.

Os governos todos da Bahia, nos últimos 50 anos, eu não sei se teve algum de confiança...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Excelência.

O Sr. Zé Neto Lula:- Portanto, é para votar “sim”. Votem “sim”.

O Sr. Luciano Ribeiro:- O painel está revelando votos. A votação é aberta ou secreta?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- A votação é aberta, deputado.

O deputado Targino solicitou votação aberta, V. Ex.^a já quer que a votação vire secreta?

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, vejo, com muita preocupação, a falta de cerimônia de alguém que de Feira de Santana tudo recebeu vir aqui, como Líder da Bancada do Governo, para, sem cerimônia, sem prurido, sem nenhum tipo de coceira, a serviço do governo, colocar-se como algoz, como carrasco da história de desenvolvimento da cidade de Feira de Santana, que teve, cerca de 40 anos atrás, não foi no governo petista, a criação do Centro Industrial de Subaé, que foi vetor de crescimento daquela cidade e da região, simplesmente para atender ao pedido, ao apelo do chefe, do governador, que saiu muito forte das urnas, inclusive foi muito bem votado na região de Feira de Santana.

Inclusive porque Rui Costa ganhou as eleições em Conceição da Feira, ganhou as eleições em São Gonçalo, a minha terra, ganhou as eleições em Conceição do Jacuípe, quase ganha na Princesa do Sertão, Feira de Santana.

Nem isso, nem a vontade popular de homologar o trabalho do governador Rui Costa, nem isso foi capaz de tocar a alma e o coração do Líder da Situação, que vem aqui encaminhar, determinar aos seus pupilos, aos deputados do governo, para votarem contra a cidade de Feira de Santana.

Eu tenho muito respeito pelo deputado Zé Neto, Líder do Governo, um deputado trabalhador e competente, pronto. Agora, esgota todo o estoque de óleo de peroba, todo o estoque de óleo de peroba do mundo. Como é que pode?

Eu conheci o deputado Zé Neto em Feira de Santana defendendo os movimentos sociais na frente de uma Rural, a Rural de som, carregando a tiracolo que lhe batia no tornozelo, fazendo declarações de amor à Princesa do Sertão. E vem aqui, hoje, depois de ganhar a eleição, de se eleger deputado federal, apunhalar a história do povo de Feira de Santana e, com isso, ainda leva a reboque o deputado Angelo, meu amigo Tetê, que vai ter que votar, vai ter que votar porque... é como dizia Marcelo Nilo no passado, que carlista não pensava, obedecia. A mesma coisa ocorre hoje, os deputados do governo não pensam, obedecem. E o deputado Carlos Geilson, hein? Cadê Paulinho, deputado Carlos Geilson? Esse vai votar também. Já votou! Está lá!... Já votou! Já votou!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Todo mundo já votou, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Já votou! Já votou! Todo mundo votou!

Olhe, Feira de Santana que se exploda, para ele o que vale são os interesses...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Presidente, acabe com isso!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Resultado da votação.

Requerimento nº 9.201/2018. Aprovado com 38 votos 'sim'.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, só para salientar, o deputado Targino se omitiu. Não votou. Não votou contra. Obrigado, deputado Targino. V. Ex.^a se absteve de votar. Então, fica aí...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Próximo requerimento. Votação encerrada.

O Sr. Targino Machado:- Drogas, eu estou fora. Drogas, eu estou fora.

O Sr. Zé Neto Lula:- Não votou... (Risos) V. Ex.^a se omitiu. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Requerimento nº 9.202/2018.

(Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Requeiro, na forma do artigo 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA...”*

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, por favor...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Este negócio aqui,...

(Risos no plenário.)

Este negócio aqui foi comprado por quem? Este abacaxi aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Será que o deputado Zé Neto boicotou, deputado?

O Sr. Targino Machado:- É, eu acho que o deputado Zé Neto... Veja aqui, não está votando, não, Sr. Presidente. Estou botando a senha... Agora, fica registrado...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Então, vou registrar o voto de V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado:- Registre o voto “não”. Agora, mande consertar esta zorra, viu?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Voto Não, deputado.

Atenção, senhores técnicos, consertar o terminal do deputado Targino.

(Lê) *“(...) para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.971/2018, de autoria do Poder Executivo, que altera as Leis n.º 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e n.º 11.357, de 06 de janeiro de 2009.*

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2018.”

Assina o deputado Zé Neto.

Para... Para discutir, deputado Luciano?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Já está inscrito. Já inscrevi V. Ex.^a em todos (risos). E V. Ex.^a também, deputado Alan. Esta Casa vai ouvir a voz de vocês aí por um bom tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Este aqui é o que aumenta os tributos no estado da Bahia.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Sr. Presidente, Sr. Presidente, meu tempo, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Senhor operador, por favor, marcar o tempo do deputado Luciano, 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Esse projeto de lei, Sr. Presidente, ele traz... temos falado muito, aqui, da questão dos servidores públicos, mas esse projeto de lei trata de aumento da taxa de contribuição, da alíquota dos servidores públicos para com a previdência.

Assistimos durante muito tempo que o Brasil e, de resto, os seus estados, os municípios tinham uma previdência que era extremamente superavitária. Ouvi muito dizerem que o que faltava à previdência era gestão. Muitos doutores dizendo e mostrando dados de que se se cobrasse a quem deve, se se fizesse o dever de casa, a previdência não precisava maltratar os servidores públicos ou os trabalhadores brasileiros.

O que vejo, aqui, embutido nesse projeto que se busca votar hoje de forma urgente, de forma de socorro, é incluir no projeto que aumenta impostos, cria diversas taxas. Se não bastasse o arrocho ao cidadão baiano, ainda se criam muitas taxas e se alteram outras. Eu vou citar uma aqui, que é a taxa de inspeção veicular, que passa de R\$ 141,00 para R\$ 161,00; a taxa de transferência de linhas náuticas, de R\$ 2.673,00 para R\$ 2.784,00.

Ora! Como pode, hoje, o governador, o Poder Executivo estadual, mandar a esta Casa um projeto de reforma da sua previdência se durante todo tempo condenou aqueles que tentaram votar no... não chegaram nem a votar. Muitos sofreram na eleição porque votaram contra o povo sem sequer terem votado. Aqui se vai votar e votar de forma urgente. Vai votar de forma que a população, que é o que se pretende, não tenha tempo de vir para cá para protestar, não tenha tempo de vir para cá conhecer como se fará.

E, aí, paga o servidor público do estado da Bahia, que além de estar, agora, tendo que diminuir o seu salário para aumentar a alíquota de contribuição para a previdência, já vem pagando há 4 anos por não ter reajuste salarial, porque a valorização do servidor público do estado da Bahia é uma valorização que não existe, são tratados como pessoas... e, assim, basta nós pegarmos a declaração do governador sobre o que ele disse da Conder, dos funcionários da Conder.

É lamentável um órgão como aquele... Eu fui prefeito durante 8 anos e frequentava muito a Conder. Muitas obras foram feitas pela Conder, muitos projetos feitos pela Conder, um órgão que tinha técnicos muito bons.

Inclusive, lá na minha terra, em Caculé, quando eu fui prefeito, a maior obra que existe lá foi realizada pela Conder. Uma lagoa que foi despoluída, foi urbanizada, é o cartão postal da minha terra. E, hoje, os técnicos e os funcionários da Conder... eu, aqui, não repetirei as palavras do governador por absoluto respeito aos funcionários de lá e àquele órgão, que é a Conder...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) É lamentável ver isso tudo, é lamentável que se se perguntar a muitos deputados que irão votar aqui, hoje, do que se trata esse projeto, quais as taxas que aqui estão, muitos não saberão e muitos votarão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, o deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas. Primeiro, Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação a V. Ex.^a. Eu acho que diante de tantos projetos que esta Casa vai ter que avaliar dessa forma tão açodada... PSD em peso entrando conjuntamente, hein deputada Mirela?

Deputado presidente, eu queria fazer uma solicitação a V. Ex.^a, Presidente Angelo Coronel, queria fazer uma solicitação. Falei presidente e o deputado Nelson Leal olhou logo, calma, deputado o senhor sabe que conta conosco.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a está vendo o deputado Nelson Leal sorridente, saltitante.

O Sr. ALAN SANCHES:- Graças a Deus. Deus compensa. Mas, presidente, a solicitação, na verdade, é o seguinte: eu acho que diante de tantos projetos que serão avaliados e votados esta semana e na próxima semana também, eu queria solicitar que abrisse essas Galerias. Inclusive eu estou vendo que há ali o cameraman que está fazendo a filmagem, então eu acho que aqui as pessoas têm que participar. É a caixa de ressonância do estado da Bahia e as pessoas têm que estar aqui presente para que a gente ouça e possa através desta ausculta poder contribuir também com estes projetos. Nada mais justo do que os próprios servidores estarem aqui neste momento, mas se V. Ex.^a, vou me adiantar, trouxe a justificativa das obras, eu estou vendo o cameraman ali, mas se V. Ex.^a trouxer a justificativa, junto com os meus colegas da oposição, vamos solicitar que V. Ex.^a transfira para o outro Plenário ali, para o auditório onde as sessões já aconteceram, porque eu acho que nós precisamos também permitir que a sociedade, que os servidores, que as pessoas que se sentem atingidas possam estar aqui contribuindo com esse projeto.

Inclusive, são tantos projetos hoje, que a urgência agora é desse projeto aqui que é o 22.971/2018, que altera as leis do 11.631 de 30 de dezembro de 2009. Não é possível que esta Casa possa querer votar um projeto desta magnitude em uma semana em caráter, em regime de urgência. Não é possível que algum deputado ou deputada tenha conhecimento do teor desses projetos, dessas alíquotas aqui, dessas taxas que são alteradas, que vão mais uma vez onerar o bolso do cidadão baiano. Eu tenho dúvida de que o próprio deputado Rosemberg, Líder do PT, tenha conhecimento dessas taxas, não é possível. Nós precisamos do comparativo com as taxas hoje praticadas para saber qual é o percentual de reajuste. Por que tanto reajuste?

Então, eu realmente peço aqui a tolerância, peço aqui que os deputados e deputadas, que a deputada Fabíola Mansur possa nos ajudar, ajudar esta minoria para que a gente faça justiça social nesta Casa.

Tratando desse tema de justiça social, deputada Fabíola eu falei aqui anteriormente, na hora a senhora estava aqui ao lado, eu não sei se me acompanhou – como presidente da Comissão de Educação, apresentei uma emenda supressiva do art. 12 do projeto que já tramita, um dos oito projetos que já tramitam nesta Casa, justamente que trata sobre o tema de exclusividade de vice-diretor, diretor e de secretário escolar.

Eu trouxe aqui já e protocolei essa emenda para que a gente possa fazer, independente, mais uma vez, de coloração partidária, estou batendo nesse assunto para que a gente possa fazer justiça...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur:- Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES:- Darei, sim. Porque eu quero fazer justiça aos diretores, vice-diretores, secretários escolares, porque é uma justiça justamente com a comunidade escolar.

Um aparte, deputada... Não sei se pode, porque acho que eu estou encaminhando, acho que não há essa possibilidade.

Mas eu quero pedir à senhora, enquanto também membro da Comissão de Educação,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que possa nos ajudar, junto com a Oposição, para que a gente possa corrigir esse projeto, porque isso só pode ter sido um equívoco dessa forma tão açodada que o governo do estado encaminhou para aqui, mandou tantos projetos querendo regime de urgência, querendo resolver a vida, para que as pessoas não possam se manifestar e possam contribuir e resolver esses problemas, por isso têm esses equívocos aí.

Então, eu solicito, realmente, aos colegas que a gente possa repensar,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que a gente possa fazer justiça com a comunidade escolar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Sargento Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Não fui promovido ainda, não. Esse governador Rui Costa, que não respeita o Poder Judiciário da Bahia, não cumpre a reintegração, não cumpre ordem judicial, mas em breve ele vai ter que cumprir.

Sr. Presidente, foi um pedido ali de Alan, eu quero reforçar esse pedido. Aqui é a Casa do Povo, e já que tem o cameraman ali em cima, se o mesmo não está correndo risco, por que os demais correriam? Então, pedi a V. Ex.^a aí que abrisse as Galerias da Casa a partir de amanhã, já que tem um funcionário que está ali...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, vou solicitar à engenharia, se estiver de plantão ainda, para até verificar se faz alguma cobertura, alguma coisa emergencial para que possa não ter problema. Não é questão nem das Galerias, é o acesso às Galerias.

O Sr. Soldado Prisco:- Mas se tem um funcionário ali, então a gente tem que preservar também a integridade física, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está num cantinho ali escondidinho para...

O Sr. Soldado Prisco:- Sim, mas ele está.

Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a solicitasse a abertura ali das Galerias.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não tem problema nenhum. Sem problema.

Em votação.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Pela ordem também, presidente.

O Sr. Targino Machado:- Aqui a Casa está assim, quando o terminal está quebrado no lugar onde eu tomo assento, viu, caro Líder Luciano Ribeiro, aí protestei, o presidente manda substituir o terminal do parlamentar, não é?

Eu quero agradecer a rapidez com que foi atendido, que não é normal nesta Casa, mas acho que foram as preces que um vereador de Feira de Santana fez por V. Ex.^a numa novena lá no sábado, o vereador Zé Curuca, orou muito por V. Ex.^a, eu fiquei até com uma certa ponta de inveja, não é? Porque eu achei que eu tinha prestígio com ele, mas o prestígio é todo de V. Ex.^a, não é?

Entre o céu e a terra existem mistérios que a mente humana não é capaz de imaginar. Algum mistério existe aí...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Obra de Deus.

O Sr. Targino Machado:- É obra de Deus, não existe...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Foi o deputado Arimateia que me concedeu essa graça e V. Ex.^a referendou. (Risos)

O Sr. Targino Machado:- ...Mas também não existe almoço de graça, excelência, não é?

Quando o terminal está regularizado, o serviço de som aqui a me atrapalhar, então, estou com o dedo cansado de estar aqui acionando o botãozinho.

Eu quero nesta questão de ordem solicitar de V. Ex.^a que mande zerar o painel, colocar o tempo de praxe, os 25 minutos regimentais, que possa de forma insistente e calorosa, ir acionando as campainhas, como só V. Ex.^a tem a força para fazer, convidando os Srs. Deputados, todos, que ainda estejam aqui em todos os ambientes desta Casa a comparecerem, porque existe uma verificação de quórum de votação solicitada por esse deputado, Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, deputado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Atenção, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação. Srs. Deputados, que se encontrarem nas dependências desta Casa...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Marque o prazo, Sr. Presidente. Zere o painel, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) favor comparecer ao Plenário, quórum de votação!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Zere o painel, por favor, operador.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Por 25 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Por 25 minutos, para que se possa restabelecer o quórum de votação.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendida.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Presidente, pede para o rapaz da tecnologia mexer aqui no painel, porque não está apagando o nome do digitador antecessor a mim.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-V. Ex.^a será atendida para que o seu dedo possa assoar nas cordas elétricas.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Atenção Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa, por favor, temos um pedido de contagem de quórum de votação e é fundamental a presença das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados aqui no recinto do Plenário.

Portanto, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que estão na Biblioteca pesquisando, que estão nos corredores da Casa, estão no cafezinho, estão comendo pizza. Chegou ali uma pizza, me parece que tem alguém comendo pizza, que venham pra cá, pro Plenário. Pizza não, quibe, quibe, quibe.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa compareçam ao Plenário da Casa, faltam apenas 3 deputados para darmos sequência à votação, o quórum é de votação. Por favor, quem não deu frequência ainda venha para cá, por favor.

O nosso querido líder, que amanhã estará fazendo nesta Casa um grande evento para o nosso desembargador Cafezeiro, o nosso querido Euclides, quero dizer a ele que fiz todo esforço possível e impossível, extraordinário para colaborar no sentido de que tenhamos amanhã no Plenário desta Casa a entrega de uma Comenda Dois de Julho para o nosso desembargador Cafezeiro, uma figura extraordinária da nossa querida cidade de Jequié.

Então, 32 Srs. Deputados e deputadas presentes no Plenário, vamos seguir.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Quórum reestabelecido de votação.

Em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Votação nominal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido.

Por favor, senhor operador, zerar o painel para coletar o voto nominal ao requerimento 9.202/2018. Em votação.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Solicito a V. Ex.^a orientar a bancada para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Orientar a bancada para que vote “não” nesse pedido de urgência, para sensibilizar a bancada governista no sentido de retomarmos esse projeto para poder melhor conhecê-lo. Não dá para em dois dias sequer ler as taxas que estão sendo criadas, escorchando a população baiana com taxas e mais taxas, o governador quer arrecadar do povo mais pobre, por isso voto “não”.

O Sr. Zé Neto Lula:- O voto é “sim”, viu gente! Sem nenhuma dúvida o voto é “sim”. Oh, meu filho, o “não” é do lado de lá. O “não” há 16 anos é do lado de lá, meu filho.

(Continua votação nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou encerrar a votação. (Pausa)

Encerrada a votação.

Resultado: “sim”, 35.

Aprovado o requerimento nº 9.202/2018.

Em votação o próximo requerimento.

É o requerimento 9.203/2018.

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do artigo 174, inciso II do Regimento Interno, urgência para tramitação do Projeto de Lei 22.964/2018 de autoria do Poder Executivo, que altera a lei 11.612 de 08 de outubro de 2009 e dá outras providências.

Sala das sessões, 04 de dezembro de 2018.

Deputado Zé Neto

Líder da Maioria.”

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, se assim desejar, o Líder, deputado Luciano Ribeiro, se ainda estiver com voz forte, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, vou começar a falar das urgências.

Sr. Presidente, existe uma regra no Regimento Interno desta Casa de que somente 1/3 dos projetos apresentados possam ser... Eu queria que V. Ex.^a prestasse atenção, porque o meu encaminhamento é mais uma questão de ordem. Somente 1/3 dos projetos apresentados, eles podem ter o pedido de urgência votado, podem até ser todos os pedidos, mas tem uma triagem da Mesa para que os projetos oriundos do Executivo tenham um limite.

Eu gostaria que V. Ex.^a, antes que eu possa encaminhar, solicitasse da Mesa que verificasse a quantidade de projetos, tanto os projetos votados em regime de urgência e nenhum em regime normal. Então, gostaria de ver com V. Ex.^a que a Mesa fizesse um levantamento para saber do número excessivo de projetos de urgência, o que fere o Regimento Interno. Se V. Ex.^a puder atender.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Solicito ao secretário-geral da Mesa que faça o levantamento, para atender à solicitação do deputado Luciano Ribeiro. (Pausa)

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu não entendi, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O secretário da Mesa informa que de dez projetos nós temos um saldo ainda de dois ou três, se houver necessidade de solicitar urgência. São 31 projetos que há na Casa.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Mas, os projetos que foram retirados, eles não podem ser contados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Retirando todos, de 31, tirou três, caiu para 28.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Essa conta é de cabeça?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, eu estou seguindo a instrução do protocolo do secretário-geral da Casa. V. Ex.^a sabe que o nosso Dr. Carlos é um arquivo vivo desta Casa.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Eu gostaria de ver. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Luciano já está cotado para ser secretário da Prefeitura Municipal de Salvador.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Não estou sabendo disso, não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Mas, se V. Ex.^a quiser, a gente pode fazer o encaminhamento em nome de toda a Bancada.

O Sr. Alan Sanches:- Será um grande secretário, o Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Inclusive, até a Bancada de governo pode subscrever o apoio a V. Ex.^a, que é um deputado competente, um jurista de boa formação e irá, com certeza, abrilhantar os quadros da prefeitura, deputado. Espero que V. Ex.^a nos convide, pelo menos para um cafezinho.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Presidente, já que vai demorar um pouco, eu vou confiar na palavra do Carlinhos, que é o Secretário da Mesa, e na palavra de V. Ex.^a e darei como atendido, por hora, espero que até o final da votação dos outros requerimentos de urgência essas informações nos sejam encaminhadas.

E pelas mesmas razões aqui já expostas nos outros pronunciamentos...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado, chegou aqui a informação oficial: 31 projetos, como é três por um, o governo tem direito a pedir dez urgências, estamos com seis, temos uma sobra ainda de quatro pedidos de urgência.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex.^a poderia elencar, explicitar aí os projetos?

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Eu preciso saber o que está acontecendo nesta Casa, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Projeto de Lei nº 22.761/2018; Projeto de Lei nº 22.765/2018; Projeto de Lei nº 22.766/2018; Projeto de Lei nº 22.767/2018; Projeto de Lei nº 22.768/2018; Projeto 22.771/2018; Projeto 22.774/2018; Projeto 22.775/2018; Projeto 22.776/2018; Projeto 22.830/2018; 22.853/2018; 22.912/2018; 22.913/2018; 22.915/2018; 22.916/2018; 22.918/2018; 22.934/2018; 22.939/2018; 22.940/2018; 22.944/2018; PLC 134/2018; PL 22.945/2018; PL 22.950/2018; PL 22.957/2018; PL 22.964/2018; PL 22.965/2018; 22.970/2018; 22.971/2018; 22.972/2018; 22.973/2018. 22.974/2018.

O Sr. Targino Machado:- Eu não ouvi o Senhor contar, Excelência. Conte aí, por gentileza. Confira isso aí, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Dá 31 projetos, deputados.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- O.k., Sr. Presidente. Satisfeito. Muito obrigado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, se assim desejar, o deputado Alan Sanches. Ou quer deixar para o próximo?

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, quero encaminhar esse projeto aqui como Líder do DEM e do PRB, Projeto de Lei 22.964/2018 – é tanto projeto hoje, não é? – que altera a Lei 11.612/2009.

Primeiro, Sr. Presidente, eu fiz um requerimento verbal a V. Ex.^a, que abrisse as Galerias ou então, encaminhasse o plenário para o auditório, onde já foram realizadas algumas sessões.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a que fizesse isso, e que na próxima semana, a gente tivesse realmente aqui o calor da população junto conosco.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com certeza, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Só para eu tomar ciência aqui do projeto. Cadê o projeto? (pausa)

Esse projeto de lei, eu queria chamar a atenção de V. Ex.^{as}, que traz justamente essa alteração que, mais uma vez, eu pergunto a V. Ex.^{as}: quem conseguiu, quem tem conhecimento das laudas deste projeto aqui? Quem, em sã consciência, tem conhecimento do que trata o projeto? Qual foi a intenção do governo do estado? Justamente isso, confundir a cabeça de toda a população e de todos os deputados para que não tivéssemos conhecimento de, absolutamente, nenhum projeto.

E hoje, nesta noite aqui de quarta-feira, deputado Zé Neto é sempre um homem espirituoso... Mas, nós temos, sim, deputado Zé Neto, que tomar conhecimento dos projetos. Não é possível que V. Ex.^a, um homem conhecedor, um homem estudioso, um advogado de sindicato, não queira fazer uma audiência pública sobre algum desses projetos, deputado Eduardo Salles. Algum desses projetos! Será que a população, os servidores não podem ter a oportunidade de discutir, de ter conhecimento do projeto que vai alterar a sua vida? Mas, não. É justamente dessa forma que o governador quis agir, através desses subterfúgios, através dessa confusão mental na cabeça da população, na cabeça dos deputados e deputadas, utilizando

projetos, como votamos aqui a urgência do anterior, do Detran, com voto contrário da Oposição, com essas taxas que ninguém tem conhecimento.

Eu vou, inclusive, pedir ao futuro prefeito de Porto Seguro, deputado Jânio Natal, para que possa depois, ali no canto, sentar comigo, com a sua sabedoria... eu era menino, Jânio, quando as pessoas já queriam você – todo elegante, naquela época, aquele cabelão –, as pessoas já queriam votar em você, Jânio Natal.

Então, tenho certeza do seu conhecimento. Você vai sentar comigo ali, eu vou lhe pedir isso, para que a gente possa esclarecer alguns pontos, com o seu conhecimento – há essas taxas aqui do Detran, outro projeto de recursos hídricos, que a gente está votando a urgência agora – para que, pelo menos, eu possa subir depois a esta tribuna e, de alguma forma, não só através das redes sociais, possamos esclarecer a nossa população o que, de fato, vai acontecer de impacto na vida das pessoas.

Porque, hoje, a responsabilidade desta Casa não permitiria que a gente estivesse votando... Deputado Angelo Coronel, senador eleito, mas ainda deputado, porque ainda não foi nem diplomado, que V. Ex.^a pudesse nos ajudar, enquanto presidente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que a gente pudesse, sim, suspender esses projetos e não votar semana que vem; para que a gente pudesse, pelo menos no prazo de 15 dias, se debruçar sobre os projetos, observar e avaliar os impactos que, realmente, acontecerão e impactarão na vida das pessoas, dos cidadãos baianos.

Então, tenho certeza de que a sua sensibilidade, a sensibilidade da Assembleia de Carinho vai tocar o coração de V. Ex.^a

O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e vai fazer com que a gente possa votar daqui a 15 dias esses projetos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, para comunicação inadiável, o Líder Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, veja como as coisas ocorrem. Nós estamos aqui votando urgência para a aprovação desses projetos. Acabo de receber um comunicado dizendo que os servidores públicos do estado da Bahia, através de diversos sindicatos: APLB, Sindsaúde, Sindfaz, Sinpojud e diversos outros, acabaram de decidir por cruzar os braços na próxima quinta-feira, com a grande mobilização aqui na Assembleia, para tentar impedir a votação desses projetos. A forma açodada como tem sido feito, tem levado a isso. Não discutem, e tratoram os direitos dos servidores públicos. Por isso é que nós devemos, aqui, ter juízo para podermos discutir a melhor solução com os servidores públicos.

Essa é a nossa comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o Requerimento nº 9.203/2018.

O Sr. Soldado Prisco:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Verificação de quórum de votação, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Pedir que, atendendo ao pedido de verificação de quórum, possam ser soadas as campainhas, que seja zerado o painel, e convidados todos os deputados e deputadas para chegarem ao Plenário e cumprirem com a votação. Há um pedido de quórum de votação, é preciso 32 Srs. Deputados presentes neste Plenário. E aí, aproveito, Sr. Presidente, para solicitar que seja dado o tempo regulamentar para que os deputados possam se dirigir ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Senhor operador, marcar o tempo de 25 minutos, por favor.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, só para pedir a V. Ex.^a – como não está tendo restaurante, os funcionários estão pedindo alimentação também, porque estão trabalhando até 8h da noite e todos estão com fome – que autorize a Casa a comprar alimentação para todo o corpo da Casa que está aqui nos auxiliando nessa noite de votação.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ok, deputado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há um pedido de verificação de quórum de votação. Srs. Deputados que se encontram nas dependências deste Parlamento, favor adentrar o Plenário. Verificação de quórum de votação.

(Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Verificação de quórum de votação! Srs. Deputados, favor adentrarem o plenário para exercerem o seu direito de votar no requerimento de urgência nº 9.203/2018.

O Sr. Zé Neto Lula:- Está faltando quórum ainda aqui, precisamos de mais dois.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há quórum para a votação. Zerem o painel. Srs. Deputados, painel aberto para votação.

O Sr. Zé Neto Lula:- É para votar “sim”, viu, gente. A mesma tendência: “sim”. Voto “sim”. Abrir aí, Sr. Presidente. Não abriu ainda, não, Sr. Presidente. Abra o painel aí, irmão. Painel...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Está aberto o painel, deputado.

Votação! O Srs. Deputados que desejarem votar a favor do requerimento, votam “sim”; se desejarem ser contra o requerimento, votam “não”.

Aproveitando, quero convidar todos para uma sessão especial, amanhã, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que irá homenagear o desembargador Cafezeiro, grande jurista da cidade de Jequié, que vem exercendo suas funções no TJ com maestria. Amanhã, às 14h30, nesta Casa. Na quinta-feira, a sessão especial em homenagem ao secretário Manoel Vítório, de autoria do deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Votação à tarde, normal! Sessão normal, às 14h45min, na quinta-feira. Não é isso, deputado Zé Neto? Não há sessão pela manhã, na quinta-feira.

O Sr. Zé Neto Lula:- Quinta-feira à tarde. A sessão... não é sessão, não, a entrega será no auditório.

(Intervenção fora do microfone.)

É porque a entrega será no auditório. Paralelo... Como será só a entrega, não tem problema, não.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação!

O Sr. Zé Neto Lula:- A Bancada do Governo, vota “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Vamos votar, Srs. Deputados.

O Sr. Zé Neto Lula:- Na sessão de quinta-feira, a votação será pela tarde, gente. É porque, no passado, era pela manhã, mas aqui, nesta Casa, nós modificamos...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vou encerrar a votação!

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, esclareça aí. As sessões ordinárias acontecem à tarde, quinta-feira à tarde. Então, quinta-feira à tarde vamos ter votação aqui no Plenário. Por favor, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quinta-feira à tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Encerrada votação.

Voto “sim”: 37.

Aprovado o Requerimento nº 9.203/2018.

Próximo Requerimento. Requerimento nº 9.204/2018.

(Lê) “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do Regimento Interno, PRIORIDADE para a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 154/2018, de autoria do Poder Executivo, que altera o § 5º do art. 34 da Constituição do Estado da Bahia e dá outras providências.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2018.

Deputado Zé Neto

Líder da Maioria”.

Em votação.

O Sr. Soldado Prisco- Sr. Presidente...

O Sr. Luciano Ribeiro:-Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu gostaria que V. Ex.^a fizesse uma verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a zerasse o painel, marcasse os 25 minutos e convocasse todos os deputados a participarem aqui, neste momento, da votação da prioridade. Votação de prioridade não tem encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Atenção, Srs. Deputados e Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de votação. Zerem o painel para fazer a contabilização do quórum de votação.

(Pausa.)

Quórum de votação. Em votação!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Trata-se da prioridade de um projeto que é com quórum qualificado, inclusive, sem contar a figura do presidente. Então, me parece que o quórum aí são 38 deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não, prioridade, não. Prioridade são 32.

O Sr. Luciano Ribeiro:- São 38.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não! O que é isso! Não existe isso!

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Espere aí, deputado. Na hora da votação da PEC é que são 3/5.

O deputado Luciano Ribeiro, hoje, está inspirado.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Está! Ele está criando um novo regimento aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação! Prioridade: Requerimento nº 9.205. Em votação! Abra o painel, Sr. operador. Retificando, é o Requerimento nº 9.204/2018.

Prioridade para a PEC 154.

O Sr. ZÉ NETO LULA:- A Bancada está orientada a votar “sim”. Voto “sim”.

O projeto mais importante será agora, viu, gente? É a votação dos royalties. Todos são importantes, mas é porque hoje (ininteligível) requerimentos, e o projeto que a gente vai votar já, hoje, é o dos royalties. Os demais são requerimentos que ainda vão ser votados...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Votação! Srs. Deputados, exerçam seu direito de voto.

Irei concluir a votação.

Concluída a votação. “Sim”, 33. Aprovado o Requerimento nº 9.204/2018, de prioridade.

Próximo Requerimento e último da noite.

Requerimento nº 9.205/2018.

(Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do Regimento Interno, PRIORIDADE para a tramitação do Projeto de Lei nº 22.973/2018, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.727, de 5 de julho de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para exercício de 2018, e dá outras providências, na forma que indica.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2018.

Deputado Zé Neto

Líder da Maioria”

Assinou o Líder da Maioria, deputado Zé Neto.

Em votação!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para encaminhar, Sr. Presidente. Falarei daqui mesmo, Sr. Presidente. Serei breve.

Eu quero só alertar aos deputados que esse requerimento de prioridade do Projeto de Lei nº 22.973/2018, trata-se, na verdade, de uma confissão do governo do estado de que vai deixar um rombo, em 2018, nas contas públicas, de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

O governador, então, confessa que deixará esse débito nas contas do estado. Ressalte-se que, por se tratar do último ano do mandato do governador, a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que uma gestão deixe débitos para outra. Daí que, votar esse projeto seria estar junto com o governador aceitando, avalizando o débito de 1 bilhão e 300 milhões de reais. E ainda, votar em regime de prioridade é mais constrangedor. Portanto, oriento a Bancada da Minoria a votar “não”, pelo regime de prioridade.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação! Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado, com os votos da oposição contrários à matéria.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Nominar os deputados da Oposição, por favor, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Luciano Ribeiro, deputado Alan Sanches, deputado Sandro Régis, deputado Fábio Souto, deputado Targino Machado, deputado Arimateia, deputado David Rios, deputado Luciano Simões, deputado Prisco.

Em discussão única e votação, Projeto de Lei nº 22.965/2018, de procedência do Poder Executivo.

(Lê) *“autoriza o Poder Executivo a ceder a instituições financeiras créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras, relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais.”*

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o nobre deputado, jurista, de Jequié, Euclides Fernandes. (Risos)

O deputado Euclides, com certeza, será condescendente com a Casa. (Risos)

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Jogue duro!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, designado que fui, pelo presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Angelo Coronel, para dar o parecer ao presente Projeto de Lei nº 22.965/2018.

Vamos, então, à leitura do Parecer.

(Lê) *“Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, objetivando obter desta Casa a necessária autorização para ceder a instituições financeiras ‘créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais, de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, recebendo em contrapartida os recursos financeiros correspondentes’, conforme estabelece o art. 1º da proposição, a qual determina ainda, no seu art. 3º, que o produto da cessão dos créditos ‘será aplicado exclusivamente para aportes ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais – FUNPREV’.*

Ressalta, o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, que a proposta ‘se funda no debate econômico dos últimos anos no país que tem chamado atenção para o descompasso entre receitas previdenciárias e o lastro de recursos necessários para promover o pagamento de aposentadorias e pensões. Nesse sentido, busca-se, com essa alternativa, estabelecer nova receita contributiva para o financiamento do sistema previdenciário baiano, de modo a fortalecer esse sistema’, demonstrando a preocupação do Governo do Estado com o sistema previdenciário dos servidores públicos, ‘objetivando uma gestão comprometida e consciente, norteadas pela ética, transparência, modernização e eficiência, focada na excelência da prestação do serviço público, bem como na valorização e no bem-estar do seu Servidor.

O projeto recebeu três emendas, sendo as duas primeiras de autoria do Deputado Luciano Ribeiro e a nº 3 do Deputado Augusto Castro.

A emenda nº 1 propõe que o produto da cessão dos créditos tenha a destinação de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) na gestão, pesquisa, prospecção e lavra de recursos minerais, na geração de energia e energização rural, na gestão, aproveitamento de preservação de recursos hídricos, inclusive na preservação do meio ambiente, assegurando-se, no mínimo, 5% (cinco por cento) para o setor mineral, sendo o restante aplicado no Fundo da Previdência dos

Servidores. Opino pela rejeição...” da emenda, do nobre deputado Luciano Ribeiro. “(...) O projeto trata da cessão a instituições financeiras de créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais. A emenda, à luz do caput do art. 1º, da Lei nº 9.281, de 07 de outubro de 2004 objetiva indicar a designação de recursos às cessões.

Contudo, a emenda trata as cessões como operações de crédito, enquanto o projeto contempla, em verdade, espécie de contrato de cessão de crédito e a esse tipo de contratação não se aplica a designação de recursos indicada pelo Deputado, conforme disposto na própria Lei por ele mencionada, em seu inciso II do parágrafo único do art. 1º, que foi utilizada como justificativa à emenda. Portanto, não prospera a arguição de descumprimento da Lei nº 9.281/2004, e por essa razão a emenda deve ser rejeitada...”, Ex.^{mo} Sr. Deputado Estadual Luciano Ribeiro.

“(...) A emenda nº 2 determina a publicização, no Diário Oficial e na internet, 30 dias após a assinatura, do contrato assinado com a instituição financeira e suas respectivas condições. Opino também pela rejeição, considerando que a emenda traz dispositivo que repetiria comando de natureza constitucional, a saber, o disposto no § 1º do art. 22 da Constituição Estadual, segundo o qual ‘é obrigatória a publicação dos atos administrativos, no órgão oficial, para que produzam os seus efeitos regulares’, sendo, portanto, desnecessária...” a inclusão da emenda.

“(...) A emenda nº 3 propõe que 25% do produto da cessão de créditos a que se refere o projeto sejam repassados aos municípios, sendo o restante destinado ao FUNPREV. Opino mais uma vez pela rejeição. Primeiramente, observa-se que seria criada obrigação financeira ao Estado, ferindo vedação constitucional disposta no inciso I do art. 78 e inciso III do art. 77. A proposta, portanto, padece de vício de iniciativa.

Ademais, a emenda também importa em inconstitucionalidade por tratar de compensações a serem feitas a Municípios. Isso porque, conforme dispõe o parágrafo único do art. 204 da Constituição Estadual, tais compensações devem ser disciplinadas por Lei Complementar, não por Lei Ordinária.

Ante o exposto...”, Sr. Presidente, Srs. Deputados, “(...) e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não haver quaisquer impedimentos quanto ao seu mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 2018.

Euclides Fernandes.”

Deputado estadual relator do parecer do presente projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente... Verificação de quórum no âmbito das comissões, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE:- V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva:- Que se dê os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sr. Operador, marcar o prazo regimental, por favor, de 15 minutos para verificação de quórum no âmbito das comissões.

CCJ: Deputado Rosemberg Pinto; deputado Heber, ausente; deputado Antonio Henrique Jr., presente; deputado Zé Raimundo, presente; deputado Bira Corôa, presente; deputado Alan Castro, presente. Quórum na CCJ.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público: Deputada Fabíola, presente; deputado Heber, ausente; deputado Bira Corôa, presente; deputado Carlos Ubaldino, presente; deputado Marcell, ausente; deputado Roberto Carlos, presente; deputado Rosemberg, presente. Há quórum na Comissão de Educação.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo: Deputado Heber, ausente; deputado Angela Sousa, presente; deputado Bobô, presente; deputada Maria del Carmen, presente; deputada Mirela Macedo, presente; deputado Pedro Tavares; deputado Robinho; deputado Samuel Junior; deputado Reinaldo Braga, presentes. Há quórum também na Comissão de Infraestrutura.

Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos: Deputado Fábio Souto, presente; deputado Marcelino Galo, presente; deputado Antonio Henrique, presente; deputado Augusto Castro, ausente; deputado Joseildo, presente; deputado Adolfo Viana, ausente; deputado Eduardo Salles, ausente; deputado Euclides Fernandes, presente. Há quórum na comissão.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: Deputado Marcelo Nilo, presente; deputado Hildécio Meireles; deputado Bobô, presente; deputado Heber, ausente; deputado Nelson Leal, presente; deputado Sidelvan, ausente; deputado Zé Raimundo, presente; deputado Bira, presente. Há quórum também na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Para discutir o projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em Plenário, Projeto de Lei 22.965/2018. Para discutir pelo tempo de 20 minutos, o nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, subo a esta tribuna para fazer a defesa das emendas apresentadas a este projeto. Nós entendemos que o governador do estado, ao apresentar este projeto, ao tomar este empréstimo, ao vender o direito que tem de receber durante 4 anos para receber de uma vez só, ele está comprometendo as finanças do estado mais ainda. É uma prova, mais do que as outras urgências que aqui nós votamos hoje, de que o estado falimentar do estado da Bahia é uma verdade.

Mas nós apresentamos aqui, Sr. Presidente, afora essa questão, nós apresentamos duas emendas, deputado Zé Neto. E observem, que ainda em 2014, esta Casa, através de mensagem e projeto de lei enviados pelo governador Jaques Wagner, alterou a Constituição do Estado para nela incluir a possibilidade de destinação de recursos dos royalties do petróleo para cobrir o déficit do Funprev.

A Constituição ali alterada, deputado Marcelo Nilo, naquela época remetia a uma lei ordinária para, então, definir os critérios e os percentuais aplicados a cada órgão. Naquela lei, ainda em 2014, deputada Maria del Carmen, lá ficou definido que a divisão dos royalties teria que obedecer a alguns critérios e a alguns percentuais. Dentre esses, deputada Fabíola, seria de 70% a 75% para o Funprev e de 25% a 30% para a... Vou ler o que consta na lei: (Lê) “(...) gestão, pesquisa...”, é bom que o deputado Paulo Rangel tenha chegado e tenha acompanhado isso, “(...) prospecção e lavra de recursos minerais, na geração de energia e energização rural, na gestão, aproveitamento e preservação de recursos hídricos, inclusive na preservação do meio ambiente, assegurando-se, no mínimo, 5% (cinco por cento) para o setor mineral.”

Ora! Eu quero aqui dizer que esses recursos que foram destinados pelos royalties, eles são importantíssimos, são fundamentais, diria eu, para a manutenção de um órgão do estado, um órgão de pesquisa, que é de suma importância para o estado da Bahia, que é a CBPM.

Nós vamos hoje retirar... Sei que a Bancada do Governo vai aprovar de forma despidianda, transferindo todos os royalties do petróleo de 4 anos para o Funprev, e deixar descoberto... E... queiram que eu esteja errado, que nós não estejamos aqui assinando a falência e a morte do CBPM, esse órgão que vive hoje... Tive o cuidado, quando vi que o projeto assim seria – deputado Zé Neto, busco a vossa sensibilidade –, de conversar com técnicos daquela empresa e verifiquei que a sua sobrevivência, deputado Zé Neto, depende quase que exclusivamente desses recursos. De forma travessa, talvez, estamos aqui assassinando a CBPM. Um instituto de pesquisa! Pesquisa que no Brasil, nós – essa é a cultura que tem existido ultimamente – investimos tão pouco. E vamos retirar esses recursos?

Por isso, a Bancada da Oposição apresentou essa emenda buscando sensibilizar o governador e a Bancada governista... Deputado Zé Neto, eu queria a vossa atenção, deputado! Líder da Maioria! Deputado, por favor! V. Ex.^a fez um discurso há pouco dizendo que determinados projetos... A gente tem que deixar o lado político de lado e cuidar das políticas de estado, eu estou falando de política de estado. V. Ex.^{as} estão querendo retirar os recursos da pesquisa no estado da Bahia! Gostaria que V. Ex.^a refletisse sobre isso junto com a Casa Civil, com o governador, com seus pares, que

isso é uma política de estado. Isso é uma política de estado, uma política de muita preocupação!

Sei, deputado Paulo Rangel, da sua preocupação, e muitas vezes, corajosamente, V. Ex.^a se põe aqui contra determinados projetos do governo quando entende que há razão nas nossas proposições ou mesmo que o governo está equivocado.

Quero, portanto, chamar a reflexão de V. Ex.^{as} Nós vamos votar esse projeto agora, mas entendo que nós não podemos votar sem essa emenda da Bancada da Oposição, que não fui eu que criei! Isso foi o que constou num projeto que vocês aprovaram aqui, em 2014, enviado pelo governador Jaques Wagner quando ele antecipou também os royalties! E lá ele destinou, deputado Rosenberg, para a CBPM, para a pesquisa no estado da Bahia, essa quantia, para a energia na zona rural, enfim para diversas outras atividades.

E nós estamos tirando aqui hoje, tirando de forma... sequer mencionando esse projeto de lei, é isso que visa a emenda da Bancada da Minoria. Mais ainda: tem uma outra emenda que busca apenas publicidade nas questões dos royalties. E o que ocorre? Nós temos feito pesquisas depois dessa antecipação dos royalties... E o que ocorre? Há pouco um deputado me perguntou ali, um colega me perguntou: quanto está sendo antecipado, Luciano? Ninguém sabe dizer. Porque vamos vender, o estado da Bahia está tendo autorização para vender um direito futuro. Ele não sabe, vai botar no leilão, ele não sabe quanto ele vai receber por isso.

Por mais também... Esses valores, eles são variáveis, eles não são pagos de uma vez só, então nós não temos, a população não tem, a Oposição não tem, a Assembleia não tem como acompanhar quanto o estado da Bahia arrecadou com esse leilão.

O que nós queremos nessa emenda é apenas que seja publicizado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em rede de internet, o respectivo contrato assinado com a instituição financeira e suas respectivas condições, 30 dias após a assinatura do contrato. Por que negar isso? Não entendo. Por que negar que nós, não é a Oposição, que o Parlamento tenha conhecimento de quanto o governo recebeu ou vai receber com a venda dos royalties, deputado Euclides? V. Ex.^a foi um relator que recusou as nossas duas emendas, respeito o conhecimento jurídico de V. Ex.^a, a independência que V. Ex.^a tem nesta Casa, mas quero aqui pedir vênias para discordar e dizer do grande equívoco que nós podemos estar cometendo nesta noite, aqui, em votar sem as nossas emendas, que são, na verdade, emendas que engrandecem e contribuem para o projeto.

Por isso, eu quero aqui deixar as razões pelas quais nós da Oposição apresentamos essas emendas.

Muito obrigado e uma boa noite a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um requerimento sobre a mesa.

(Lê) *“Requerimento*

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, Deputado Zé Neto, Líder do Governo e da Maioria.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Targino pelo tempo de 20 minutos. Pode marcar o tempo, por favor.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Projeto de Lei nº 22.965, de procedência do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a ceder a instituições financeiras créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras relacionadas à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais.

Apesar desta emenda muito grande, parece algo simples, uma mera antecipação de receita que... aliás, o governo Rui Costa já tem feito isso até para pagamento de folha de pessoal. Antes de falar sobre o assunto, eu quero dar ciência a esta Casa que sei que esta Assembleia, através de uma PEC, já legalizou a aplicação desses recursos para o governo Wagner, legalizando, legitimando o aporte dos recursos dos royalties em fundos de previdência dos servidores estaduais.

Por mais que seja importante o fundo de previdência, e é, é para mim, não é para o estado... Porque se o fundo de Previdência chegou à bancarrota, escamoteado, escondido, falseado pelo governador, foi por má gestão.

Eu tive o cuidado de, com assento ali na minha mesa, fazer as anotações que quero submeter a esta Casa, mesmo que os deputados, alguns deles, não estejam interessados no assunto, mas eu cumprio meu múnus parlamentar e deixo a minha fala registrada na história através dos Anais desta Casa.

Quero dizer que a destinação constitucional das participações governamentais para os estados e municípios produtores dos royalties advindos dos recursos naturais são bens de propriedade exclusiva da União previstos no art. 20 da Constituição Federal, bem assim como preceituam os incisos V, VIII e IX do art. 20 da citada Constituição Federal.

O art. 20 prescreve: (Lê) “São bens da União: V - os recursos naturais da plataforma continental (...); VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo”, é o que prescreve o inciso IX. Já o art. 176 da Constituição Cidadã prescreve o seguinte: (Lê) “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e

pertencem à União, garantida ao concessionário...”, e isso é importante, “(...) garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.”

Diante do exposto, Sr. Presidente, vê-se que os recursos naturais são bens pertencentes à União e que esses recursos poderão ser explorados e aproveitados por concessionários mediante concessão da lavra devidamente outorgada pela União, nos termos do parágrafo 1º do art. 176 da Constituição de 88.

Então vê-se de forma explícita que os recursos naturais explorados no país são de único domínio: da União. Das participações governamentais, ou seja, os royalties, segundo a Constituição de 88, as participações governamentais são pagas ao poder público como forma de retribuição financeira para exploração de bens públicos destinados aos estados e municípios produtores, conforme também prescrito na Constituição Federal.

A multicitada Constituição Federal assegurou a estados e municípios produtores retribuições financeiras, eu repito, a Constituição Federal assegurou a estados e municípios produtores retribuição financeira. Os royalties nada mais são do que retribuições financeiras para a compensação ou indenização dos problemas causados pela exploração dos recursos naturais.

Existe, caro juriconsulto da Oposição, deputado Luciano, existe, inclusive, jurisprudência da lavra do ministro do STF Sepúlveda Pertence que diz: “A compensação financeira se vincula não à exploração em si, mas aos problemas que gera”. Isso reforça que os royalties não são receitas, são retribuições financeiras.

É fato que a exploração de recursos minerais e de potenciais de energia elétrica é atividade potencialmente geradora de um sem-número de problemas para os entes públicos, especialmente ambientais, além de sociais e econômicos advindos, por vezes, do pool, do crescimento da população e da demanda por serviços públicos que isso proporciona. Mesmo se tratando de extração de petróleo ou gás natural no mar territorial ou na plataforma continental, sempre haverá instalações marítimas ou terrestres de embarcações, ou de embarque, ou de desembarque que justificam essas compensações financeiras a estados e municípios produtores, bem assim como ao Distrito Federal.

O objetivo dos legisladores que esculpíram a Constituição Federal de 88 manifestou preferência pelo beneficiamento dos entes federados que tenham risco efetivo de dano ambiental, pois há necessidade de uma estrutura de serviços públicos ligados à área da exploração, uma vez que as explorações aqui multialudidas demandam recursos humanos e logísticos consideráveis. Isso considerando-se estradas, portos, aeroportos, helipontos, hospitais, escolas, segurança pública, enfim, uma gama de serviços que se fazem necessários em face de um maior afluxo de máquinas e homens, com a finalidade de oferecer as condições mínimas para a exploração comercial dos recursos naturais, de forma mais segura e natural.

De fato, não poderiam os estados e municípios produtores ficarem desprovidos das receitas originárias, como compensação financeira para suportar os reflexos causados pela indústria extrativista, uma vez que essas defesas não teriam amparo no ordenamento jurídico para serem pagas com receitas ordinárias.

Enfim, a legislação pertinente que trata do assunto remete, com ênfase, Srs. Deputados, que os royalties não são receitas, mas uma compensação financeira que a União faz aos estados e municípios produtores. Royalties, então, não são tributos. Já que os royalties não são tributos, caro deputado, não é crível que o estado da Bahia, através unicamente de manifestação de vontade do Ex.^{mo} Sr. Governador, resolva enviar para esta Casa um projeto de antecipação dos recursos dos royalties que, repito, não são tributos, mas compensação financeira para suportar prejuízos, na maioria da vezes, ambientais, em que o Sr. Governador não explicita de forma absolutamente clara em que a obrigação dessas receitas serem aplicadas.

Especialmente sem assumir compromissos e garantias, S. Ex.^a, o governador, quer que esta Casa, sem esses recursos dos royalties nos próximos 4 anos, já que serão antecipados com autorização desta Casa... Se o estado, a pergunta que não quer calar, se o estado terá saúde financeira para suportar as demandas ambientais provenientes da atividade aqui referida, que são os impactos ambientais.

Essa antecipação dos royalties pelo estado da Bahia, dos próximos 4 anos, faz acender uma luz vermelha – não é amarela, porque aqui já não é risco, é sinistro –, faz acender a luz vermelha no meio daqueles comprometidos com o meio ambiente e a sua recuperação.

Essa é uma iniciativa temerária, creio eu, do Sr. governador Rui Costa, que, à luz do sentimento majoritário da boa interpretação legal, deixa claro que, embora esta Casa tenha, através de uma PEC aprovada pelos deputados da época, dado competência legal à aplicação dos recursos dos royalties serem desviados das atividades logísticas e de infraestrutura vinculadas a atividades sem os compromissos dos investimentos recuperadores do meio ambiente.

Lamento profundamente. Sei, isso dito, da importância do fundo de previdência. Quem não sabe a importância do fundo de previdência dos Srs. funcionários do estado da Bahia – que são aqueles que receberam, no passado, um Funprev zerado, com as contas em dia – e que em 12 anos, de governo, apesar de uma antecipação de royalties também de 4 anos no passado, ainda, por má gestão, trouxe o fundo de previdência dos servidores a essa situação de penúria?

Pena que S. Ex.^a, o governador, não tenha trazido como deveria, com clareza, de forma tempestiva, esse assunto para que os eleitores, o conjunto dos eleitores, pudesse analisar com absoluta clareza se o governador tem participação, tem culpa, já que ele foi quase governador durante 8 anos na gestão Jaques Wagner, foi a eminência parda do governo. E agora, governador por 4 anos, ainda ousa olhar para trás, deputado Fábio Souto, e apontar o dedo para os governadores anteriores à fase do PT, atribuindo culpa, quando, na verdade, a culpa é da má gestão. A culpa é de ter feito o discurso sempre, no passado e no presente, de estelionato. Estelionato, quando dizia, quando reclamava dos governos, entre aspas, “carlistas”, da precariedade dos REDAs, que nunca alcançou os números de hoje, a precariedade da mão de obra do estado nunca chegou perto desses números de hoje. Só que a atividade laboral precária não gera receita para o fundo de pensão dos servidores, e sim para a Previdência Social, para o INSS.

E isso é o grande instrumento fomentador da crise, porque são mais de 40 mil funcionários trabalhando a título precário para o estado. Ou seja, os velhos funcionários para pagar a aposentadoria dos mais velhos. E os jovens funcionários do estado pagando, contribuindo, deputado Paulo Rangel, para a Previdência Social.

Eu fico triste, porque precisaria tudo isso ser discutido com mais clareza, trazendo para os fóruns próprios, trazendo para a população. É discutir, é ter acesso, é conversar sobre isso. Afinal de contas, são mais de 100 mil vidas, a gente não está falando de brincadeira.

Eu acho terrível ver o desrespeito, e esse não é um desrespeito do governo Wagner, o desrespeito de todos os governos estaduais e municipais no Brasil. A precarização da mão de obra, o fortalecimento das “cooperativas”, entre aspas, os REDAs, que, além dos prejuízos que provocam os funcionários que não têm direitos trabalhistas assegurados, muitos deles sequer têm férias ou décimo terceiro, em muitas dessas cooperativas, em muitas dessas organizações sociais. Mas, além de tudo, o prejuízo também é do estado. Se hoje os funcionários estão no estado há quase 4 anos sem recomposição salarial, assistem a um governador dar uma entrevista dizendo que nos próximos anos não poderá dar reajuste. E ainda acenou com a possibilidade de ou faz-se isso, ou faz-se aquilo ou promove-se...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...)um parcelamento dos salários dos funcionários.

Além de tudo isso, ainda quer aumentar a alíquota da Previdência Social, o desconto da Previdência passa de 12% para 14%. Isso é, infelizmente, um absurdo, isso é um crime de lesa-pátria que os Srs. Deputados da Bancada do Governo querem perpetrar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) contra o povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu gostaria que fizesse uma verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido. V. Ex.^a será atendido, e o deputado Bira também.

Srs. Deputados e Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de votação. Por favor, Sr. Operador, zerar o painel. Quórum de votação. Por favor, marcar 25 minutos. Quórum de votação. Srs. Deputados, favor adentrar o plenário.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Procede-se à verificação de quórum.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, comunicação inadiável, por favor. (Pausa) Sr. Presidente, comunicação inadiável. Sr. Presidente Coronel...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Isidório, eu estou ouvindo a voz dele de longe. V. Ex.^a está com problema de garganta? Aumente aí um pouquinho o volume, deputado Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Chegou o quórum, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, é com muita satisfação que eu aproveito, aqui, o nosso Parlamento baiano para comunicar a todos os homens e mulheres do Parlamento, e também a toda imprensa, e a todos os funcionários, e aos baianos que nós estamos, desde a noite de ontem, recebendo 1800 pastores das Assembleias de Deus, com as esposas, com os filhos, com os seus familiares que se deslocam das igrejas dos 417 municípios. São pastores, esposas e filhos que representam quase 500 mil evangélicos nessa igreja tão conhecida, a Igreja Assembleia de Deus, como outras, inclusive, que fazem obras sociais, que socorrem os desvalidos, levantam os caídos. E, de ontem à noite até o dia 8, estaremos... Porque também sou pastor da Assembleia de Deus, junto ao pastor Ubaldino, que também aqui está. Somos pastores convencionais da CEADÉB e não poderíamos deixar de aproveitar este Parlamento, a presença de V. Ex.^{as} para...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Registre a presença, deputado Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- ... parabenizar os nossos queridos pastores, esposas e filhos que até o dia 8 estarão participando do conclave, do congresso, falando das necessidades de ajudar o ser humano espiritualmente na Terra e dar morada no céu.

Portanto, quero parabenizar a Mesa Diretora...

O Sr. Carlos Geilson:- Tem quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- (...) da Assembleia de Deus da Bahia na pessoa do seu presidente, pastor Valdomiro, e dos demais membros da mesa diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Queria transmitir, deputado, ao pastor Valdomiro os seus votos de parabéns ao grande evento da CEADÉB.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Aproveito para pedir o conserto do sistema...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) de som da Casa. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação, já há quórum para votação. Por favor, zerar o painel para que os Srs. Deputados que desejam votar nesta prioridade exerçam o seu direito ao voto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Já deu quórum de votação. Agora é votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Encaminhar o voto “não”, excelência, aos deputados da Bancada do Governo.

(Alguns Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sr. operador, por favor, abrir o painel de votação para que os Srs. Deputados possam exercer o seu direito de voto.

(Procede-se à votação.)

Vou encerrar a votação. Os Srs. Deputados que não votaram, por favor, venham exercer o direito de voto. Vamos, deputado, vamos votar, deputado.

Esse é o projeto dos royalties.

O Sr. Zé Neto Lula:- Srs. Deputados que ainda não votaram, votem “sim”. Bancada do Governo, vote “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Rosemberg, por acaso está contra o projeto? Pois não votou ainda.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Vou votar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ah, pensei.

Deputado Alex Lima, algum problema na votação? O terminal não está funcionando, alguma coisa? Deputado Marquinho Viana também está com algum problema? Deputado Antônio Henrique Jr. também, algum problema aí no painel?

Parlamentar não identificado:- Nelson Leal está obstruindo, senador.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É. O deputado Nelson Leal procurando obstruir antes do tempo. (Risos)

Deputado Bobô; deputada Angela Sousa; deputado Alan Castro, Alex da Piatã.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 22.965 aprovado com 36 votos “sim”.

PROJETO DE LEI Nº 22.965/2018

Autoriza o Poder Executivo a ceder a instituições financeiras créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras relacionados à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder a instituições financeiras créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras relacionados à exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos e minerais, de

1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, recebendo em contrapartida os recursos financeiros correspondentes.

Art. 2º - Os créditos a que se refere o art. 1º desta Lei são os direitos creditórios a que faz jus o Estado da Bahia, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Art. 3º - O produto da cessão dos créditos de que trata esta Lei será aplicado exclusivamente para aportes no Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV.

Art. 4º - O Estado da Bahia não fica coobrigado, ou de qualquer forma responsável, pelos créditos envolvidos na negociação, nem pelo pagamento pontual por parte do devedor dos créditos, respondendo apenas pela existência legal desses créditos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Próximo projeto.

Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei nº 22.934/2018, procedente do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2019. **(Parecer do Deputado Joseildo Ramos Lula, favorável com a introdução de emendas, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo do dia 29/11/2018)**

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado em primeiro turno, com os votos contra dos membros da Oposição presentes no Plenário que levantaram o braço.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 22.934/2018

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
DECRETA:**

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2019 no montante de R\$47.104.300.786,00 (quarenta e sete bilhões, cento e quatro milhões, trezentos mil e setecentos e oitenta e seis reais),

compreendendo, nos termos das normas das Constituições Federal e Estadual e da Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, seus órgãos, fundos, autarquias, empresas estatais dependentes e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, cujas ações são relativas à saúde, previdência e assistência social;

III - o Orçamento de Investimento das Empresas, abrangendo aquelas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita e Fixação da Despesa

Art. 2º - A receita total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é estimada em R\$46.484.892.786,00 (quarenta e seis bilhões, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil e setecentos e oitenta e seis reais).

Art. 3º - A receita decorrerá da arrecadação efetuada nos termos da legislação vigente e segundo as especificações constantes do Anexo I desta Lei, observado o seguinte desdobramento por categoria econômica e origem:

R\$ 1,00

Especificação	Tesouro	Outras Fontes	Total
Receitas Correntes	36.031.697.500	5.288.687.450	41.320.384.950
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.973.435.248	-	27.973.435.248
Contribuições	-	2.889.695.240	2.889.695.240
Receita Patrimonial	355.492.685	104.181.000	459.673.685
Receita Agropecuária	-	1.236.000	1.236.000
Receita Industrial	-	320.000	320.000
Receita de Serviços	32.715.056	180.512.000	213.227.056
Transferências Correntes	12.641.785.750	1.744.947.250	14.386.733.000
Outras Receitas Correntes	323.639.961	367.795.960	691.435.921
Deduções das Receitas Correntes	(5.295.371.200)	-	(5.295.371.200)
Receitas de Capital	1.914.687.036	387.277.000	2.301.964.036
Operações de Crédito	1.318.438.000	-	1.318.438.000
Alienação de Bens	3.839.000	15.610.000	19.449.000
Amortização de Empréstimos	9.938.036	156.359.000	166.297.036
Transferências de Capital	582.472.000	215.308.000	797.780.000
Outras Receitas de Capital	-	-	-
Receitas Correntes Intraorçamentárias	367.000	2.862.176.800	2.862.543.800
Contribuições	-	2.823.061.800	2.823.061.800
Receita de Serviços	-	39.115.000	39.115.000
Outras Receitas Correntes	367.000	-	367.000
RECEITA TOTAL	37.946.751.536	8.538.141.250	46.484.892.786

Art. 4º - A despesa total, no mesmo valor da receita, é fixada em R\$46.484.892.786,00 (quarenta e seis bilhões, quatrocentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e dois mil e setecentos e oitenta e seis reais) e está alocada:

I - no Orçamento Fiscal, R\$31.287.738.066,00 (trinta e um bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, setecentos e trinta e oito mil e sessenta e seis reais);

II - no Orçamento da Seguridade Social, R\$15.197.154.720,00 (quinze bilhões, cento e noventa e sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil e setecentos e vinte reais).

Art. 5º - A despesa fixada, observada a consolidação e o detalhamento da programação constante dos Anexos I e II desta Lei, apresenta, por órgão, incluindo as entidades da Administração indireta a eles vinculadas, o seguinte desdobramento:

Seção II

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa atualizada dos orçamentos de que trata o art. 4º desta Lei, mediante a utilização de recursos, na forma permitida pelo art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, decorrentes de:

- a) anulação, parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos autorizados em Lei;
- b) *superavit* financeiro dos órgãos, fundos e entidades integrantes destes Orçamentos, apurado nos respectivos balanços patrimoniais do exercício anterior;
- c) excesso de arrecadação superveniente dos orçamentos aprovados por esta Lei;

II - à conta de recursos provenientes de operações de crédito até o limite autorizado em Lei, bem como das respectivas variações monetária e cambial e suas contrapartidas;

III - com recursos de transferências da União, Estados e Municípios, à conta de convênios, contratos ou instrumentos congêneres e respectivas contrapartidas, inclusive fundo a fundo;

IV - à conta de recursos da reserva de contingência, nos termos que dispõe o art. 20 da Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018;

V - mediante a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de um programa para outro ou de um órgão para outro, para atender às necessidades supervenientes, devidamente justificadas.

§ 1º - Não serão computados para efeito do limite previsto no inciso I do *caput* deste artigo, os créditos suplementares, se destinados a atender:

I - despesas referentes a pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública, honras de aval; com sentenças judiciais, nos termos definidos na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 07.05.2001; e despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais;

II - despesas relativas às emendas parlamentares de que trata o art. 49 da Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018.

§ 2º - As modificações orçamentárias intrassistema de que trata o art. 47 da Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018, não oneram o limite autorizado no *caput* desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Corrente

Líquida estimada nesta Lei, observado o disposto nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 8º - As receitas estimadas e as despesas fixadas do Orçamento de Investimento das Empresas totalizam R\$619.408.000,00 (seiscentos e dezenove milhões e quatrocentos e oito mil reais), constantes dos Anexos I e II desta Lei, têm o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00	
Especificação	Valor
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA (Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento)	232.879.000
Companhia de Processamento de Dados da Bahia - PRODEB (Secretaria da Administração)	10.013.000
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A - DESENBHIA (Secretaria da Fazenda)	229.500.000
Empresa Gráfica da Bahia - EGBA (Casa Civil)	3.736.000
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (Secretaria de Infraestrutura)	143.280.000
DESPESA TOTAL	619.408.000

Art. 9º - As fontes de financiamento para cobertura dos investimentos fixados no art. 8º desta Lei, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

R\$ 1,00	
Especificação	Valor
Geração Própria	389.908.000
Operações de Crédito Interna	229.500.000
DESPESA TOTAL	619.408.000

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, de forma direta, quando da publicação da Lei de Orçamento Anual para 2019 e desde que permanecido inalterado o valor total do Orçamento 2019:

I - as alterações decorrentes de Lei sancionada que modifique a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, e cujas alterações não tenham sido

alcançadas até a sanção desta Lei, ficando dispensada a publicação dessas modificações mediante crédito suplementar;

II - as alterações na classificação da natureza da receita e da despesa de que trata o § 2º do art. 8º e o *caput* do art. 11 da Lei nº 13.973, de 12 de julho de 2018, determinadas pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 11 - O Plano Plurianual 2016-2019 fica alterado na forma do Demonstrativo de Revisão do PPA integrante do Anexo I desta Lei, nos termos permitidos pelo *caput* e §§ 1º e 2º do art. 8º da Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Deputado Joseildo Ramos
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Esse projeto foi o primeiro turno da LOA, primeiro turno do Orçamento. Srs. Deputados.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):-Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Eu queria fazer uma comunicação inadiável a V. Ex.^a. Em nome do Líder Luciano Ribeiro, em nome da Bancada da Oposição, queremos manifestar a V. Ex.^a o nosso desejo de votar o Orçamento em segunda votação já na quinta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É uma boa ideia, deputado. Se os Líderes acordarem, estarei aqui pronto para isso.

Não havendo mais nada a tratar, feliz que hoje a Casa mais uma vez quebra seus recordes de votação, declaro encerrada a presente sessão. Até quinta-feira, às 14h45min, para nova rodada de projetos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.